



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

CONCORRÊNCIA 90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

CÂMARA DOS DEPUTADOS (10001)

OBJETO

Prestação de serviços de engenharia para inspeção, manutenção e limpeza dos revestimentos pétreos e instalação de pontos de ancoragem definitivos na cobertura do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus Anexos.

Havendo discordância de especificações Comprasnet x Edital, prevalecerão as do Edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.136.833,47 (um milhão cento e trinta e seis mil oitocentos e trinta e três reais e quarenta e sete centavos)

DATA DA PUBLICAÇÃO

27/02/2026

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/03/2026 às 10 horas (horário de Brasília) - www.gov.br/pncp/pt-br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço para o item único

O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Licitação exclusiva? Não

Itens exclusivos/Reserva de cotas? Não



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

| | | | | |
|---|--|---|--|--|
| Formalização da contratação SIM <i>Contrato</i> | Requisitos específicos de habilitação? SIM <i>Veja Termo de Referência</i> | Previsão de Vistoria Prévia? SIM (Facultativa) <i>Veja Termo de Referência</i> <i>Telefone(s) para contato:</i> (61) 3216-4111 (61) 3216-4242 | Amostra/Protótipo/ Prova de Conceito? NÃO | Arquivos disponibilizados com o Edital? SIM Modelo da Proposta e Projetos <i>Veja Anexo 9</i> |
| Impugnação ao Edital e Pedido de esclarecimento <i>Até o dia 11/03/2026 exclusivamente pelo e-mail cpl.dg@camara.leg.br</i> | | | | |
| Informações Adicionais Telefones: (61) 3216-4906 e 3216-4907 | | | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO..... | 4 |
| 2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 4 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO..... | 4 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 7 |
| 5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS | 10 |
| 6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, DO DESEMPATE E DA NEGOCIAÇÃO | 11 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO..... | 15 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 17 |
| 9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO | 20 |
| 10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS..... | 21 |
| 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 24 |
| 12. DO FORO..... | 26 |



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CONCORRÊNCIA 90001/2026
(Processo Administrativo 296574/2021)

Torna-se público que a Câmara dos Deputados, por meio da Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Contratações, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei n. 14.133/2021](#); do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 206/2021; doravante designados, respectivamente, como “LEI” e “REGULAMENTO”; pela Lei Complementar n. 123/2006 e demais legislação aplicável; e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta Concorrência é a prestação de serviços de engenharia para inspeção, manutenção e limpeza dos revestimentos pétreos e instalação de pontos de ancoragem definitivos na cobertura do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.1.1. Esta Concorrência será realizado em item único.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da LEI e para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, exclusivamente pelo e-mail cpl.dg@camara.leg.br.

2.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.2. A impugnação e o pedido de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.3. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo da licitação.

2.4. Eventuais modificações no Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. Caberá à licitante responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara dos Deputados por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 3.1 deste Título e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto neste item poderá ensejar desclassificação na licitação.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar n. 123/2006.

3.4.1. A obtenção do benefício a que se refere este item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5. Não poderão participar desta Concorrência:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e de seus Anexos;
- b) pessoa física ou jurídica que esteja, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara dos Deputados ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) agente público da Câmara dos Deputados;
- g) instituições sem fins lucrativos;
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- i) empresário ou sociedade empresarial cujos estatuto ou contrato social não preveja atividade pertinente e compatível com o objeto da Concorrência em epígrafe;
- j) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- k) empresário ou sociedade empresarial que se encontrem em processo de dissolução, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação.
- l) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;
- m) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
- n) sociedades cooperativas;
- o) pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.5.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Câmara dos Deputados, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da LEI.

3.5.2. O impedimento de que trata a alínea “b” deste tópico será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

3.5.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “l” e “m” deste tópico poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

3.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.4. O disposto nas alíneas “l” e “m” deste tópico não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.5.5. A vedação de que trata a alínea “f” deste tópico estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5.6. A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento antecederão à fase de habilitação.

4.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) até a data de cadastramento eletrônico da proposta, **inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação** na presente licitação e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) **não emprega menor** de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- d) sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, a **proposta apresentada para participar da presente licitação foi elaborada de maneira independente** e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e, ainda, que:
- i.a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
 - ii.não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, quanto a participar ou não da referida licitação;
 - iii.o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
 - iv.o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Câmara dos Deputados antes da abertura oficial das propostas e
 - v.está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- e) não possui **empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência** e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) cumpre a **cota de aprendizagem** nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

4.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da LEI.

4.4.1. No caso de item/grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/grupo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

4.4.2. No caso de item/grupo em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade de declarações sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.6. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea “a” acima.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do disposto neste Título possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para a Câmara dos Deputados, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11. Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

4.12. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.13. O CNPJ da licitante utilizado para cadastramento de sua proposta e dos documentos de habilitação deverá ser o mesmo constante da documentação apresentada para registro no SICAF.

4.14. A licitante deverá preencher, no sistema eletrônico, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública, os seguintes campos:

- a) Valor ofertado;
- b) Marca/Fabricante, quando disponível;
- c) Modelo/Versão, quando disponível.

4.15. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

4.16. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.17. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.18. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponder à média dos efetivos recolhimentos da empresa (nos últimos doze meses ou, no caso de empresas criadas no exercício financeiro da licitação, nos meses de funcionamento), quando for o caso.

4.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.20. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.21. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. A abertura da sessão pública desta Concorrência, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá na data, hora e no sítio eletrônico indicados na primeira página deste Edital.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

5.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com requisitos estabelecidos neste Edital.

5.3. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

5.3.1. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.

5.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.5. O sistema selecionará automaticamente as propostas classificadas pelo Agente de Contratação.

5.6. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

5.7. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, DO DESEMPATE E DA NEGOCIAÇÃO

6.1. Classificadas as propostas, será iniciada a fase competitiva, oportunidade em que as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o critério de julgamento constante da capa deste Edital e as demais regras estabelecidas no presente instrumento.

6.2. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.3. Durante a fase competitiva, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento).

6.5. A licitante poderá excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.6. Além do que dispõe o item anterior, não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às sanções administrativas previstas neste Edital.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

6.7. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

6.8. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa “aberto”**.

6.8.1. As licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.8.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.8.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.8.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste Edital, quando for o caso.

6.8.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de, pelo menos, 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.8.6. Após o reinício previsto no subitem anterior, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.11. No caso de desconexão com o Agente de Contratação no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

6.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.12. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.13. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

6.13.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538/2015.

6.13.1.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n. 8538/2015).

6.13.1.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.13.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.13.3. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.13.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que estejam naquele intervalo de até 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido conforme subitem anterior.

6.13.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estejam nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.14. Só será possível haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.14.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da LEI, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na LEI;
- c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.14.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Distrito Federal;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187/2009.

6.14.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha da licitante vencedora ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

6.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação, o Agente de Contratação deverá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.15.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação.

6.15.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.15.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.4. O Agente de Contratação solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta (conforme modelo anexo) adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.15.4.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

6.15.5. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e/ou a documentação solicitada, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da LEI, em legislação correlata e no Título 3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência;
- c) por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- e) por composição societária das empresas a serem contratadas, mediante pesquisa no SICAF, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao § 1º do art. 9º da LEI.

7.2. A verificação pelo Agente de Contratação nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para verificar as condições de participação da licitante.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

7.5. Caso atendidas as condições de participação, será dado prosseguimento ao procedimento licitatório.

7.6. Caso a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se a licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1. O Agente de Contratação poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação nesta Concorrência.

7.8. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

7.8.1. Será desclassificada a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço definido para a contratação no orçamento estimado;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a) nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b) no regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital;
- c) serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Câmara dos Deputados, independentemente do regime de execução;
- d) será exigida garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Câmara dos Deputados, equivalente à diferença entre este último e



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a LEI.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências.

7.11. Caso o custo total estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Câmara dos Deputados, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada a apresentar, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Câmara dos Deputados, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta. Será admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo Agente de Contratação, no sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que esse é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13. Concluídos os procedimentos descritos neste Título, o Agente de Contratação anunciará o resultado do julgamento da proposta.

7.14. No caso de não aceitação da proposta, o Agente de Contratação examinará a proposta ou o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da LEI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

8.2. A habilitação da licitante será verificada pelo Agente de Contratação por meio do SICAF (habilitação parcial), nos documentos por ele abrangidos e da documentação anexada ao sistema eletrônico pela licitante.

8.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.4. Caso solicitado, os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.5.1. Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ARP, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na LEI.

8.7. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da LEI.

8.8. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, caso não haja outro meio de verificação das informações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

8.12. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação da licitante.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da licitante mais bem classificada.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todas as licitantes.

8.13.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.14. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo fixado.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda às exigências deste Edital, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, o pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, contado:

- a) da divulgação do resultado, quando não houver inversão de fases; ou
- b) da fase de habilitação, quando houver inversão de fases;

8.17.1. Poderá ser concedida prorrogação do prazo previsto neste tópico, por igual período, a critério da Câmara dos Deputados, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.17.2. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da LEI.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- c) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da LEI, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;
- d) a apreciação dar-se-á em fase única.

9.4. O Agente de Contratação estabelecerá o prazo para manifestação pela intenção de interpor recurso, que não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso.

9.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11. Será assegurado às licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.12. Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, caberá ao Agente de Contratação encerrar a sessão de julgamento/habilitação.

9.13. O Agente de Contratação encaminhará o processo devidamente instruído à autoridade competente e proporá a adjudicação do objeto e a homologação do procedimento licitatório.

9.14. Para os fins deste Título, considera-se autoridade competente o Diretor-Geral.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa, respeitando os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e da indisponibilidade e supremacia do interesse público, conforme o disposto na LEI e no REGULAMENTO.

10.2. Para efeito deste Título, equipara-se a contrato qualquer outro ajuste firmado pela Câmara dos Deputados, ainda que com outras denominações, que estabeleça obrigações de dar, fazer, entregar, entre outras admitidas em direito, que preveja a aplicação de sanções.

10.3. Comete infração a licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
- b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - i. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - ii. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - iii. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- iv. deixar de apresentar amostra/realizar Prova de Conceito, quando exigido;
- c) não celebrar o contrato, não apresentar o seguro-garantia, quando for o caso, ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - i. recusar-se, sem justificativa aceita pela Administração, a assinar o contrato e/ou a ARP, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido neste Edital, o que configurará inexecução total do contrato;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) fraudar a licitação;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - i. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - ii. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - iii. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

10.4. A Câmara dos Deputados poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
 - i. moratória;
 - ii. compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- d) os danos que dela provierem para a Câmara dos Deputados, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. A **multa** será em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado do contrato ou do valor estimado correspondente a 12 (doze) meses do contrato, se o objeto for de natureza continuada.

10.7. Todas as sanções previstas neste Título poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

10.8. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** com a União será proposta em decorrência das infrações relacionadas nas alíneas “a” a “c” do item 10.3 deste Título, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional**, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas “d” a “h” do item 10.3 deste Título, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a” a “c” que justifiquem a imposição de penalidade mais gravosa.

10.10. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o contrato ou a ARP, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea “c” do item 10.3 deste Título, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará a Adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) do valor total da adjudicação, instaurando processo para apuração de responsabilidade, do qual poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como na imediata perda da garantia de proposta em favor da Câmara dos Deputados, quando for o caso.

10.11. No processamento das sanções, primeiro serão consideradas as circunstâncias atenuantes seguidas das agravantes.

10.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Câmara dos Deputados.

10.13. As circunstâncias consideradas atenuantes e agravantes, bem como as hipóteses de reabilitação e da desconsideração da personalidade jurídica estão dispostas no REGULAMENTO.

10.14. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório das licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.14.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.15. Demais sanções administrativas estão previstas na Minuta do Termo de Contrato anexa.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital, demais peças que compõem o processo ou especificações descritas no sistema eletrônico, prevalecerão as deste Edital.

11.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.3. Todas as referências de tempo contidas neste Edital observarão o horário de Brasília-DF.

11.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

11.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

11.6. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Câmara dos Deputados.

11.7. Os prazos referidos neste Edital começam a fluir a partir do termo inicial preestabelecido, ou da intimação formal realizada pela Câmara dos Deputados.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. A homologação do resultado da Concorrência em epígrafe não implicará direito à contratação.

11.10. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara dos Deputados não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.11. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação; e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

11.11.1. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

11.11.2. No caso de desfazimento do procedimento licitatório fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.12. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou de seus anexos.

11.13. Quando do julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação.

11.14. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase da presente Concorrência serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

11.15. Endereço da Câmara dos Deputados: Comissão Permanente de Contratações - Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Contratações - Edifício Anexo I, 14º andar, sala 1406. Praça dos Três Poderes. Brasília – DF. CEP: 70160-900.

11.16. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Câmara dos Deputados: 00.530.352/0001-59.

11.17. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

11.18. O Edital está disponível, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/pncp/pt-br e no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados www.camara.leg.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes?search=.

11.19. Telefone para contato em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas: 0800-978-9001.

11.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO 1 – Termo de Referência;
- b) ANEXO 1-A – Caderno de Encargos;
- c) ANEXO 2 – Modelo da Proposta;
- d) ANEXO 3 – Minuta do Termo de Contrato;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- e) ANEXO 4 – Modelo da Ordem de Serviço;
- f) ANEXO 5 – A, B e C – Modelo do Termo de Vistoria; Modelo de Ateste sobre conhecimento do local e das condições de realização dos serviços e Modelo de Declaração sobre conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- g) ANEXO 6 – Orçamento Estimado;
- h) ANEXO 7 – Da Proteção de Dados Pessoais;
- i) ANEXO 8 – Qualificação técnico-profissional (relação de profissionais indicados);
- j) ANEXO 9 – Arquivos Anexos.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para decidir demandas judiciais decorrentes deste procedimento licitatório.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação



ANEXO 1
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto

1.1. Prestação de serviços de engenharia para inspeção, manutenção e limpeza dos revestimentos pétreos e instalação de pontos de ancoragem definitivos na cobertura do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados.

1.1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

Especificações Técnicas

| ITEM ÚNICO | EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA |
|-------------------|---|
|-------------------|---|

DESCRIÇÃO: serviços de engenharia para inspeção, manutenção e limpeza dos revestimentos pétreos e instalações de pontos de ancoragem definitivos na cobertura do Edifício Anexo I.

GARANTIA MÍNIMA: a garantia total será de 5 (cinco) anos, conforme Art. 618 do Código Civil, para obras civis.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

1.1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no sistema eletrônico (*Comprasnet*) e as especificações constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as deste Termo de Referência.

Formalização da contratação

1.2. Para assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no presente Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

1.2.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

1.3. A formalização da contratação se dará por meio de instrumento de contrato, na forma do disposto no artigo 95 da LEI.

1.3.1. O Contrato, cujos termos constam da minuta anexa (Minuta do Termo de Contrato), deverá ser assinado pela(s) Adjudicatária(s) da presente Concorrência, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da sua notificação.

1.3.1.1. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Adjudicatária durante o seu



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara dos Deputados.

1.3.2. Para a assinatura do contrato, a Adjudicatária apresentará à Câmara dos Deputados:

- a) O nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las à Unidade Responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com os números de telefone e o e-mail que serão utilizados para contato e para envio da Ordem de Serviço;
- b) (caso não tenha sido apresentada durante a licitação): A comprovação do vínculo dos profissionais indicados com a Adjudicatária, conforme item 8.11 deste Termo de Referência, por meio da apresentação de original ou cópia autenticada de:
 - i. CTPS ou registro do empregado, quando o vínculo for de natureza trabalhista;
 - ii. Estatuto ou Contrato Social quando o vínculo for societário;
 - iii. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil, quando o vínculo for contratual.

1.3.2.1. Qualquer alteração dos dados fornecidos deverá ser formalmente comunicada à Unidade Responsável.

1.3.2.2. O(s) profissional(is) indicado(s) pela Adjudicatária deverá(ão) participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que, prévia e formalmente aprovada pela Administração.

1.3.3. A Contratada deverá prestar garantia contratual de que tratam os arts. 96 e seguintes da LEI, no percentual e nas condições descritas neste Termo de Referência e nas cláusulas da minuta do Termo de Contrato anexa.

1.3.4. Será facultado à Câmara dos Deputados, quando a convocada não assinar o Termo de Contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

1.3.4.1. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos deste tópico, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da Adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

1.3.5. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades estabelecidas no Edital.

1.3.5.1. O disposto neste tópico não se aplicará às licitantes remanescentes convocadas na forma da alínea "a" do subitem anterior.

Vigência da contratação

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da LEI.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Ao longo dos anos, a fachada de mármore do Edifício Anexo I tem sofrido desgaste natural em razão da exposição contínua a fatores ambientais, como sol intenso, chuvas e variações de temperatura. Tais condições têm provocado o descolamento de peças e a ocorrência de infiltrações, comprometendo a integridade estrutural da edificação. Os problemas vêm sendo registrados em relatórios emitidos pelo Serviço de Obras e Manutenção Geral (SEROB).

Durante as inspeções periódicas realizadas pelo referido serviço, foram identificados riscos de queda de placas de mármore, o que representa uma ameaça à segurança das áreas adjacentes ao prédio. Essa situação exige atenção imediata, a fim de prevenir acidentes e garantir a proteção das pessoas que circulam nas proximidades.

Diante do exposto, torna-se imperativa a realização de manutenção das placas da fachada, com o objetivo de assegurar não apenas a preservação da integridade arquitetônica do Edifício Anexo I, mas também a segurança dos transeuntes.

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos está pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar constante do processo.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 da Câmara dos Deputados, conforme informações constantes do processo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O objeto está pormenorizado neste Termo de Referência e a descrição da solução como um todo integra o Estudo Técnico Preliminar constante do processo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Nos contratos de prestação de serviços, inclusive aqueles de fornecimento com instalação, deverá integrar a proposta declaração da licitante



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

de que será responsável pelo descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços contratados – incluindo consumíveis, peças substituídas, embalagens e demais materiais – em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Lei n. 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), a Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a NBR 10.004 (classificação de resíduos sólidos).

Documentação complementar

4.2. Deverá integrar a proposta declaração da licitante de que disponibilizará, equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação.

Subcontratação

4.3. Será vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação abaixo discriminada:

- a) instalações de pontos de ancoragem em coberturas de edifícios, inclusive com elaboração de projetos, testes de carga e emissão de laudo técnico;
- b) execução de manutenção, reparos ou reformas de fachada de edifícios com uso de andaime suspenso motorizado, em edificações cuja altura seja superior a 30 (trinta) metros ou 10 (dez) pavimentos.

4.3.1. A Subcontratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações, responsabilidades e os requisitos referentes aos serviços subcontratados estabelecidos no Contrato principal firmado entre a Contratante e a Contratada.

4.3.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanecerá a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3.3. A subcontratação dependerá de autorização prévia e formal da Contratante, a quem incumbirá avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, observando a proporcionalidade mínima exigida no item 8.10.

4.3.4. A Contratada apresentará à Contratante documentação que comprove a capacidade técnica da Subcontratada, conforme rol listado no item 8.10 e condições estabelecidas nos subitens 8.10.1 a 8.10.5, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3.5. Todo e qualquer prejuízo advindo das atividades da Subcontratada será cobrado de forma direta à Contratada que arcará com quaisquer ônus advindos de sua opção por subcontratar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

4.3.6. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia de execução do contrato

4.4. Será exigida a garantia de execução do contrato de que tratam os artigos 96 e seguintes da LEI, pelas razões constantes do processo.

4.4.1. A licitante deverá indicar em sua proposta a modalidade de garantia escolhida entre as seguintes opções:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- c) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;
- d) Seguro-garantia.

4.4.2. No caso de opção pela modalidade seguro-garantia, a Adjudicatária deverá apresentá-lo no prazo de 1 (um) mês, contado da homologação.

4.4.2.1. Pressupõe-se a ciência da Adjudicatária no ato da homologação do resultado da licitação no sistema eletrônico (Comprasnet).

4.4.2.2. Ao exclusivo critério da Contratante, caso solicitado e justificado pela Adjudicatária dentro do seu transcurso, o prazo para apresentação de seguro-garantia poderá ser prorrogado uma única vez, por até 1 (um) mês.

4.4.3. Em caso de interesse público devidamente justificado, e desde que obtida a anuência expressa da Adjudicatária, o contrato poderá ser assinado em prazo inferior ao estabelecido no subitem 4.4.2 deste Título, com a constituição de garantia provisória resultante do bloqueio de créditos da Contratada, até o limite do valor correspondente à garantia de execução.

4.4.4. Os créditos bloqueados nos termos deste item serão liberados tão logo o instrumento de seguro-garantia seja aprovado pela Câmara dos Deputados.

4.4.5. Assinado o Contrato com a constituição de garantia provisória, a Contratada deverá observar o prazo previsto no subitem 4.4.2 deste Título para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

apresentar o seguro-garantia, sob pena de aplicação das sanções previstas no Contrato.

4.4.6. A falta de apresentação da garantia dentro do prazo estipulado no subitem 4.4.2 deste Título facultará à Câmara dos Deputados convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela Adjudicatária, ou, caso nenhum das licitantes aceite a contratação nos termos da Adjudicatária:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da Adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.4.7. A falta de apresentação da garantia prevista no subitem 4.4.2 deste Título poderá ensejar a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União e no descredenciamento do Sicaf, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e, ainda, a aplicação de multa correspondente ao valor da garantia

4.4.8. A garantia, nas modalidades caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização, deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de entrega da via do Contrato, conforme definido na minuta do Termo de Contrato anexa.

4.5. O percentual e as condições da prestação da garantia estão estabelecidos na Minuta do Termo de Contrato anexa.

4.6. A Minuta do Termo de Contrato anexa oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia de execução do contrato.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A prestação dos serviços deverá ser iniciada em até 30 (trinta) dias após a confirmação do recebimento da Ordem de Serviço, a ser enviada por e-mail, conforme modelo anexo.

5.2. A Ordem de Serviço será encaminhada em até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do contrato.

5.2.1. A Unidade Responsável deverá confirmar o recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada, imediatamente após o envio.

5.3. O prazo de execução dos serviços será o constante da proposta da Contratada, que não poderá ser superior a **270 (duzentos e setenta) dias**.

5.4. Caso não seja possível a execução dos serviços na data assinalada, a Contratada deverá apresentar à Contratante pedido formal de prorrogação do



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

prazo de execução, de forma tempestiva, ou seja, antes de esgotado o prazo em que o serviço deveria ter sido realizado.

5.4.1. A Contratada deve informar o novo prazo em que os serviços serão realizados, não sendo admitidos pedidos que apenas cite genericamente a necessidade de mais prazo.

5.4.2. A Contratada deve justificar a impossibilidade de cumprimento do prazo e apresentar os respectivos documentos comprobatórios.

5.4.3. Caso o pedido seja motivado por fatos ou atos atribuídos a fornecedores ou outros terceiros, é necessário que as declarações do fornecedor e demais documentos comprobatórios sejam contemporâneos à sua ocorrência.

5.4.4. Em caso de intempestividade ou indeferimento do pedido, a Contratada ficará constituída em mora sendo-lhe aplicáveis as multas e demais sanções previstas no Contrato.

5.5. Local de execução dos serviços: Edifício Anexo I, Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

5.6. Dia/Horário de execução dos serviços: das 19h de sexta-feira até às 7h de segunda-feira.

5.6.1. A execução dos serviços fora do horário comercial poderá ocorrer por interesse da Contratante ou da Contratada, desde que sem ônus adicional para a Contratante.

5.6.1.1. No caso de interesse exclusivo da Contratada, a realização dos serviços fora do horário comercial dependerá de autorização prévia da Fiscalização/Contratante.

5.6.1.2. A execução fora do dia/horário previsto neste item 5.6 não produzirá ônus e custos adicionais à Contratante.

5.7. Escopo de serviços:

5.7.1. O escopo dos serviços objeto desta licitação, conforme projetos e caderno de encargos em anexo ao Edital, inclui:

- a) Projeto de inspeção na fachada;
- b) Testes e inspeções nas fachadas;
- c) Instalação de ancoragem definitiva na cobertura;
- d) Remoção, substituição e fixação de revestimento pétreo; e
- e) Projeto como construído “as built” (todas as especialidades).

5.8. Projetos:

5.8.1. A Contratante fornecerá à Contratada os projetos básicos e/ou executivos e as informações necessárias que compõem o objeto da licitação, em conformidade com as disposições do Edital e seus anexos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

5.8.2. A Contratada deverá executar os serviços em conformidade com desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como com as informações e instruções constantes deste Edital e de seus anexos.

5.8.3. Todos os elementos de projeto deverão ser minuciosamente estudados pela Contratada, antes e durante a execução dos serviços, devendo qualquer incoerência, falha ou omissão constatada ser informada à Fiscalização.

5.8.4. A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos fornecidos pela Câmara dos Deputados, bem como aos projetos executivos desenvolvidos pela Contratada. Caso sejam identificadas questões técnicas que inviabilizem a execução exatamente conforme o projeto, caberá à Contratada elaborar projeto com detalhamento por ela sugerido, desde que não ocorra alteração nos materiais especificados, que será analisado pela Fiscalização no prazo de 10 (dez) dias úteis.

5.8.5. Nenhum trabalho adicional ou modificação do projeto fornecido pela Contratante será efetivado pela Contratada sem a prévia e expressa autorização da Fiscalização, respeitadas todas as disposições e condições constantes deste Edital e de seus anexos.

5.8.6. Em caso de divergências entre as informações constantes nos projetos e aquelas previstas neste Edital e em seus anexos, fica estabelecido que:

- a) As cotas indicadas nos desenhos prevalecerão sobre as dimensões medidas em escala;
- b) No caso de divergências na documentação técnica, projeto e/ou especificação, a empresa deverá consultar a Fiscalização acerca do procedimento a ser adotado.

5.9. Projeto do fabricante e/ou executor:

5.9.1. A documentação técnica elaborada pela Contratada, pelo fabricante e/ou executor de determinadas partes da edificação e constituída de desenhos, especificações e indicações, tendo como fundamento as soluções constantes nos projetos básicos fornecidos pela Contratante.

5.9.2. Embora elegidas como adequadas, as soluções presentes nos projetos fornecidos pela Contratante não se configuram como únicas para satisfazer o interesse da Administração, cabendo a aceitação de similaridade ofertada por outros fabricantes ou executores.

5.9.3. Diante da diversidade de fabricantes de materiais e executores de determinados serviços ou partes da reforma e ampliação, a Contratada deverá submeter à apreciação prévia da Fiscalização a solução técnica que será efetivamente executada para alguns elementos de arquitetura previstos como protótipos a serem realizados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

5.9.4. Os custos de produção desta documentação técnica são parte integrante da remuneração dos protótipos, conforme indicados na planilha orçamentária.

5.9.5. Os projetos do fabricante e/ou executor serão avaliados pela Fiscalização segundo os critérios de atendimento do padrão de qualidade mínima previsto.

5.9.6. A documentação técnica deverá ser encaminhada por instrumento próprio pela Contratada, com antecedência condizente com o cronograma da obra, em documento oficial que terá o recebimento por parte da Fiscalização.

5.9.7. O prazo máximo de análise dos estudos por parte da Fiscalização será de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento dos documentos elaborados pela Contratada. Esse prazo não poderá ser utilizado pela Contratada como argumento para justificar atraso na execução dos serviços, pois cabe à Contratada apresentar a documentação com a antecedência adequada.

5.9.8. Como resultado da análise, as soluções constantes nos projetos do fabricante e/ou executor poderão ser integralmente aceitas, aceitas com ressalva(s) ou rejeitadas, com os seguintes desdobramentos, conforme o caso:

- a) Solução integralmente aceita – a Contratada poderá proceder à execução do protótipo;
- b) Solução aceita com ressalva(s) – a Contratada poderá proceder à execução do protótipo com o compromisso de contemplar a correção dos pontos ressaltados no projeto do fabricante e/ou executor pela Fiscalização;
- c) Solução rejeitada – caso a solução não atenda às exigências do padrão de qualidade mínima aceitável, a Contratada deverá apresentar revisão do projeto do fabricante e/ou executor para nova avaliação por parte da Fiscalização, sem ônus adicional para a Contratante.

5.10. Marcas de referência

5.10.1. Para fins de especificação adequada do objeto, foram indicadas marcas meramente referenciais, podendo ser aceita qualquer outra que atenda integralmente às especificações técnicas do objeto, conforme detalhamento constante do Anexo 1 - A – Caderno de Encargos.

5.10.2. A substituição de materiais, equipamentos, serviços e técnicas executivas constantes deste Edital e de seus anexos, a que a proposta vencedora adere, somente será admitida mediante solicitação prévia, devidamente justificada e fundamentada, e expressamente aprovada pela Fiscalização.

5.10.3. A Contratada submeterá previamente à aprovação da Fiscalização, em tempo hábil para análise, toda e qualquer alternativa de aplicação de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

materiais, serviços e equipamentos a ser considerada na execução dos serviços objeto do contrato, devendo comprovar, rigorosamente, a sua equivalência, em conformidade com os requisitos e condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

5.10.3.1. Os materiais propostos nos casos deste subitem deverão ser reconhecidamente de versão tecnológica mais recente, de primeira qualidade quanto aos componentes e acabamentos empregados, observando-se rigorosamente as especificações e normas pertinentes.

5.11. Amostras

5.11.1. As amostras de um exemplar representativo, da oferta de determinado elemento da edificação, devem possuir o propósito de servir à avaliação do atendimento ao padrão de qualidade mínima, seja no caso de comprovação de similaridade ou no caso de avaliação da técnica construtiva empregada, tendo como referência o projeto executivo pertinente.

5.11.2. As amostras deverão ser apresentadas:

- a) sempre nos casos de oferta de produto como similar ao indicado como marca de referência nos projetos da Contratante;
- b) em casos específicos para avaliação da técnica construtiva de itens indicados no Caderno de Encargos, segundo os parâmetros do padrão de qualidade mínima;
- c) quando a Contratada julgar pertinente, considerando-se a limitação máxima de três amostras, observado o disposto no subitem 5.11.8 deste Título; e
- d) houver solicitação da Contratante aceita pela Contratada.

5.11.3. Em nenhuma hipótese o fornecimento, a apresentação ou a execução de amostras poderá representar custo adicional para a Contratante. Caso a amostra venha a ser incorporada à edificação, seu custo será considerado parte integrante do subitem correspondente da planilha orçamentária, sendo devido apenas quando ocorrer a execução desse subitem.

5.11.4. Após a apresentação, montagem, instalação e execução da amostra, a Contratada deverá comunicar formalmente à Fiscalização que a amostra está à disposição para análise.

5.11.5. Para os casos de oferta de similaridade, a Contratada deverá apresentar, além do produto ofertado, uma amostra do produto originalmente especificado como marca de referência, caso haja solicitação justificada da Contratante.

5.11.6. Cumpridas essas exigências e após o recebimento do comunicado, as amostras serão avaliadas pela Fiscalização em até 7 (sete) dias úteis. Esse prazo não poderá ser utilizado pela Contratada como argumento para justificar atraso na execução dos serviços, pois cabe à Contratada apresentar a amostra com antecedência condizente com o cronograma da obra.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

5.11.7. O parecer da Fiscalização poderá determinar aprovação integral, aprovação com ressalva ou rejeição da amostra, com os seguintes desdobramentos, conforme o caso:

- a) Amostra aprovada – a Contratada poderá proceder à execução/fornecimento do item, que passa a ter como referência de aceitação a amostra aprovada;
- b) Amostra aprovada com ressalva(s) – a Contratada poderá proceder à execução/fornecimento do item, desde que sejam efetuadas as correções dos pontos ressaltados pela Fiscalização;
- c) Amostra rejeitada – caso a solução não atenda às exigências da Contratante, a Contratada poderá apresentar nova amostra a ser submetida à avaliação por parte da Fiscalização, sem ônus adicional para a Contratante. Nesses casos, a Fiscalização poderá solicitar relatórios técnicos e pareceres que atestem a equivalência entre produtos, cabendo à Contratante o ônus da comprovação de similaridade.

5.11.8. Para os itens que exijam avaliação de similaridade, a Contratada poderá apresentar um número máximo de três alternativas em caso de rejeições consecutivas. Caso nenhuma delas atenda ao padrão de qualidade mínima, a Contratante deverá executar o item, utilizando uma das marcas de referência estabelecidas nas especificações.

5.12. Padrão de qualidade mínima

5.12.1. Como conceito, considera-se como padrão de qualidade mínima o conjunto de atributos técnicos qualitativos e quantitativos que se constituem como parâmetros de aceitabilidade ou de reprovabilidade para todas as partes constituintes da edificação.

5.12.2. As condições gerais para aceitação quanto ao padrão de qualidade mínima serão avaliadas a partir dos seguintes aspectos gerais e específicos:

- a) Aspectos materiais – similaridade dos materiais empregados, tipo, dimensões, características principais físicas. Nas especificações em que constam marca de referência, considera-se que há similaridade entre materiais quando:
 - i. esses são considerados tecnicamente equivalentes quanto às características relevantes para a aplicação à qual estão indicados;
 - ii. atendidas as mesmas normas técnicas, quando esse atendimento for exigido;
 - iii. expressa e antecipadamente aprovados pela Fiscalização.
- b) Aspectos de desempenho – conjunto de características ou de possibilidades dos produtos ou equipamentos, tais como,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

rendimento, resistência física e/ou mecânica, facilidade de manutenção.

- c) Aspectos estéticos – cor, textura, aparência e acabamentos entre as partes e das possibilidades de interface com outros elementos.
- d) Aspectos normativos – atendimento à legislação e normas técnicas pertinentes.
- e) Aspectos específicos: aqueles descritos em cada item no caderno de encargos, conforme o caso.

5.13. Obrigações relacionadas à execução do serviço:

- a) Submeter à aprovação da Fiscalização, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço, o Plano de Execução elaborado de acordo com as melhores práticas de planejamento e execução de obras, contemplando as principais condicionantes relacionada à execução do objeto, tais como: frentes de serviço, sequenciamento das atividades, prazos, equipes, insumos e outras que a Contratada julgar pertinente.
- b) Submeter previamente à aprovação da Fiscalização eventuais ajustes no Plano de Execução, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos;
- c) Submeter previamente e em tempo hábil à aprovação da Fiscalização qualquer modificação nos métodos construtivos originalmente previstos nos projetos, na planilha orçamentária e demais anexos do Edital;
- d) Executar os serviços sem interrupções, de acordo com o Plano de Execução aprovado pela Fiscalização;
- e) Executar os ajustes nos serviços concluídos ou em execução determinados pela Fiscalização;
- f) Submeter à aprovação da Fiscalização, em tempo hábil para análise, protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços objeto do contrato;
- g) Realizar, em laboratórios credenciados e/ou acreditados, testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos;
- h) Evitar interferências com as propriedades, atividades e tráfego de veículos na vizinhança do local dos serviços, programando adequadamente as atividades executivas;
- i) Elaborar relatórios gerenciais periódicos de execução dos serviços, em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Fiscalização;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- j) Retirar, até o recebimento provisório dos serviços, pessoal, máquinas, equipamentos, materiais, e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando as áreas do canteiro de serviço limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza;
- k) Entregar à Fiscalização, sempre que solicitado, os comprovantes da adoção das providências mencionadas no item 5.15.3;

5.14. Com relação aos aspectos ambientais da construção e manutenção do canteiro:

- a) A Contratada e seus fornecedores deverão cumprir as Leis e normas ambientais federais e distritais vigentes, aplicáveis aos serviços objeto do contrato.
- b) As entregas de material no canteiro deverão ser realizadas de modo a evitar despejo de resíduos nas vias públicas e prejuízo ao trânsito local.
- c) A Contratada deverá estabelecer os meios adequados para a estocagem de materiais, com a adequada separação, especialmente os agregados finos, evitando seu carregamento pelas chuvas.
- d) Os esgotos sanitários gerados no canteiro deverão ser encaminhados ao sistema coletor público local.
- e) A Contratada deverá proceder a um tratamento adequado da água contaminada proveniente da betoneira (filtragem em caixa de areia antes de escoamento à rede de águas pluviais).
- f) Os sacos de cimento vazios deverão ser separados do restante dos resíduos e encaminhados para incineração.
- g) A Contratada deverá minimizar a geração de poeira nas atividades realizadas no canteiro pela regular aspersão de água onde material particulado possa ser levantado pelo vento ou pela movimentação de veículos e equipamentos do canteiro.
- h) A Contratada deverá evitar e controlar a proliferação de vetores de doenças como mosquitos em águas paradas e roedores em lixo.
- i) A Contratada deverá adotar procedimentos que minimizem a ocorrência de poluição accidental por óleos, graxas, combustíveis, tintas e/ou outros produtos perigosos, com consequente contaminação do solo e das águas.
- j) A Contratada deverá adotar procedimentos que minimizem o lançamento fortuito de materiais dos serviços objeto do contrato nos logradouros públicos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- k) A Contratada deverá manter uma rotina para limpeza do canteiro que garanta a manutenção de boas condições de higiene e segurança.
- l) A Contratada deverá adotar medidas de controle da poluição sonora em atendimento à Legislação de Poluição Sonora do Distrito Federal – Lei Distrital n. 1.065, de 6 de maio de 1996, que dispõe sobre normas de preservação ambiental quanto à poluição sonora e dá outras providências.

5.15. Com relação ao plano de gerenciamento de resíduos da construção civil (PGRCC):

- a) A Contratada deverá elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, em atendimento à legislação vigente, a ser submetido à Fiscalização no prazo de até 15 (quinze) dias da emissão da Ordem de Serviço.
- b) O Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil de que trata este item visa estabelecer os procedimentos necessários para o manejo e a destinação ambientalmente adequados dos resíduos e deverá estar embasado nos seguintes conceitos:
 - i. Redução da geração de resíduos;
 - ii. Reutilização de materiais;
 - iii. Reciclagem;
 - iv. Destinação.

5.15.1. Plano de Redução de Resíduos:

5.15.1.1. A redução da geração de resíduos está ligada ao controle da qualidade dos diversos serviços, devendo ser observados:

- a) Controle da padronização;
- b) Uso adequado de equipamentos para execução dos serviços;
- c) Utilização de mão de obra capacitada para cada serviço;
- d) Gestão adequada dos materiais no canteiro.

5.15.1.2. Da mesma forma, o atendimento às especificações e a execução conforme projetos evitam o desperdício e a consequente geração de resíduos.

5.15.2. Destinação:

5.15.2.1. A Contratada deverá apresentar documentação referente ao local autorizado pela autoridade competente a receber material de descarte previamente ao início dos serviços. É proibido o lançamento de qualquer material fora dos locais autorizados, mesmo que provisoriamente.

5.15.3. Em cada medição, como condição para recebimento das obras ou dos serviços de engenharia executados, a Contratada deverá apresentar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

declaração de emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou, no caso de uso de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa, que tenham procedência legal e que não sejam espécies ameaçadas, nos termos dos artigos 12 e 13 da Portaria DG/Câmara dos Deputados 227/2014.

5.16. Para o Cronograma físico-financeiro dos serviços ver Anexo 9 do Edital.

Validade, Garantia, Manutenção e Assistência técnica

5.17. O prazo de garantia será 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo, nos termos do art. 618 da Lei n. 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento da Contratante.

5.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Disposições Gerais

6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da LEI, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Após a assinatura do Contrato, a Contratante poderá convocar representante da Contratada para reunião inicial com vistas à apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.3. As atividades de gestão e fiscalização serão executadas de acordo com a Portaria n. 295, de 2023 da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados.

Responsáveis pela gestão da contratação

6.4. Unidade Responsável: Departamento Técnico.

6.5. Subunidade Gestora do Contrato: Coordenação de Engenharia de Obras e Manutenção Predial, localizada no Edifício Anexo I, 19º andar, sala 1905, Câmara dos Deputados, Brasília - DF.

6.6. O titular da Unidade Responsável designará o gestor do Contrato e o fiscal técnico, os respectivos substitutos e os assistentes de fiscalização, bem como, se for o caso, os demais servidores que participarão do recebimento definitivo do objeto contratual.

6.7. Caberá ao Gestor, dentre outras atribuições:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- a) Coordenar as atividades dos fiscais no exercício de suas atribuições;
 - b) Promover, em conjunto com o Fiscal Técnico, considerada a complexidade do objeto, reunião de alinhamento de entendimentos e de expectativas, antes do início da execução contratual e reunião de encerramento das atividades, antes da extinção do Contrato, para solucionar pendências e garantir a regular transferência do objeto para outra empresa, se for o caso;
 - c) Decidir sobre solicitações da Contratada, nos limites de suas atribuições;
 - d) Solicitar à Contratada a substituição de empregado ou preposto e, quando assim exigir o Contrato, aprovar, previamente, substituição feita por iniciativa da Contratada;
 - e) Encaminhar, para conhecimento e providências do titular da Unidade Responsável, questões relevantes que não puder solucionar por motivos técnicos ou legais;
 - f) Verificar periodicamente a necessidade de manutenção ou alteração do Contrato, bem como apresentar proposta de sua rescisão ou alteração;
 - g) Acompanhar o trâmite dos processos administrativos para alteração, prorrogação e rescisão do Contrato;
 - h) Comunicar tempestivamente à unidade administrativa competente situação que possa impedir a manutenção ou a eventual prorrogação do instrumento contratual;
 - i) Coordenar o encaminhamento, à unidade administrativa competente, de informações necessárias para a formalização dos procedimentos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outros;
 - j) Participar do recebimento do objeto do contrato, quando for o caso.
- 6.8. Caberá ao Fiscal Técnico, dentre outras atribuições:
- a) Elaborar e manter atualizado o Plano de Fiscalização;
 - b) Orientar, no caso de dúvidas técnicas apresentadas pela Contratada, sobre os procedimentos a serem adotados e documentar os entendimentos relevantes com a Contratada ou seu preposto;
 - c) Acompanhar o cumprimento do cronograma de execução e dos prazos previstos no Contrato para a entrega de documentos, bens e serviços, acessórios e principais;
 - d) Determinar à Contratada a regularização de falhas ou de defeitos observados, assinalando o prazo para correção;
 - e) Coletar, aprovar e manter comprovação de capacidade técnica profissional eventualmente exigida da Contratada, bem como outros



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

documentos que devam ser apresentados somente após o encerramento da fase de licitação;

- f) Relatar, por meio de nota técnica ao Gestor, a inobservância de cláusulas contratuais ou ocorrências relevantes que possam trazer dificuldades, atrasos, defeitos e prejuízos à execução da avença, em especial os que ensejarem a aplicação de penalidades;
- g) Comunicar ao Gestor a eventual necessidade de acréscimos ou supressões de serviços, materiais ou equipamentos, devidamente justificada;
- h) Comunicar ao Gestor qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Câmara dos Deputados ou de terceiros, por ação ou omissão dos empregados da Contratada ou de seus prepostos, inclusive em razão da execução do contrato;
- i) Acompanhar os prazos de execução do objeto e de vigência do Contrato e manifestar-se tempestivamente, por meio de nota técnica ao Gestor, quanto à necessidade de alteração de prazos, prorrogação ou rescisão do Contrato, anexando, quando for o caso, documentação comprobatória;
- j) Receber o objeto do Contrato.

6.9. As reuniões promovidas pelo Fiscal Técnico com o preposto da Contratada de que resultem decisões relevantes ou cujo assunto possa gerar implicações administrativas deverão ser registradas em ata sucinta e submetidas ao Gestor.

6.10. O registro das ocorrências, as comunicações entre as partes e os demais documentos relevantes relacionados à execução do objeto do Contrato constarão de processo eletrônico específico criado, organizado e mantido pela fiscalização, referenciado ao processo de que trata a contratação.

6.11. A Contratante manterá desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de Fiscalização constituída por profissionais habilitados que farão o acompanhamento e controle de todas as fases dos trabalhos.

6.12. A equipe fixa de fiscalização, composta por engenheiros, arquitetos e demais profissionais tecnicamente habilitados, será responsável pelo acompanhamento contínuo e criterioso de todas as fases do contrato, com o objetivo de prevenir a execução de serviços em desacordo com as especificações contratuais, bem como o uso de materiais com qualidade inferior à exigida.

6.13. A Contratada deverá facilitar, por todos os meios, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

6.14. Todos os atos e todas as instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

6.15. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

- a) realizar as medições dos serviços executados;
- b) verificar, aprovar e encaminhar à Contratante os relatórios periódicos de execução dos serviços, em conformidade com as etapas previstas no cronograma físico-financeiro;
- c) manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo contrato, orçamentos, cronogramas, caderneta de ocorrências, correspondência, relatórios diários, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, protótipos e catálogos de materiais e equipamentos aplicados nos serviços;
- d) analisar, sugerir e aprovar toda e qualquer documentação técnica relativa aos serviços;
- e) analisar e aprovar o plano de execução a ser apresentado pela Contratada no início dos trabalhos;
- f) promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;
- g) verificar, esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
- h) solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou à sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pela Contratante;
- i) propor as medidas que couberem para a solução dos problemas surgidos em decorrência de solução técnica na execução dos serviços e informar à Contratante;
- j) promover a presença dos autores dos projetos no canteiro de serviço, sempre que for necessária a verificação da exata correspondência entre as condições reais de execução e os parâmetros, as definições e os conceitos de projeto;
- k) paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- l) exigir expressamente da Contratada, na execução, o emprego de material novo, de primeira mão e de boa qualidade, bem como



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

observar rigorosamente as especificações e regulamentação aplicáveis.

- m) solicitar ou autorizar a substituição e/ou retirada de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados, incompatíveis, dispensáveis ou inaplicáveis aos serviços;
 - n) solicitar e acompanhar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do contrato;
 - o) exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos, atualizando mapa geral de serviços executados e notificando a Contratante quanto à inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer dificuldades, atrasos, defeitos e prejuízos à execução dos serviços;
 - p) exercer rigoroso controle sobre a segurança, proteção, organização, limpeza e conservação dos locais de execução dos serviços;
 - q) aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificando e atestando as respectivas medições, bem como conferindo, visitando, encaminhando e dando parecer, aprovando ou não o faturamento das medições e as faturas emitidas pela Contratada, que deverá refazer, sem ônus adicionais para a Contratante, as medições e relatórios não aceitos por ela;
 - r) verificar, aprovar e/ou exigir a substituição de materiais, equipamentos e serviços solicitada pela Contratada e admitida no Edital e em seus anexos, com base na comprovação da equivalência técnica entre os componentes, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e em seus anexos;
 - s) solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada e/ou seu preposto, devidamente justificada, que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;
 - t) verificar e aprovar os desenhos “como construído” elaborados pela Contratada, que registrem todas as modificações introduzidas no projeto original, de modo a documentar fielmente os serviços efetivamente executados;
 - u) fiscalizar a remoção, antes do recebimento provisório, das construções e das instalações provisórias, e do material indesejável, e a recomposição das respectivas áreas de acessos;
- e



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- v) comunicar à Contratante, apresentadas as devidas justificativas, a eventual necessidade de acréscimos ou supressões de serviços, materiais ou equipamentos, para que seja realizada a apreciação do pleito;

6.16. Qualquer auxílio prestado pela Fiscalização na interpretação dos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, e na condução dos trabalhos não poderá ser invocado para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

6.17. Todas as comunicações entre a Fiscalização e a Contratada deverão ser formalizadas por escrito, preferencialmente por e-mail, devidamente identificadas, e somente assim produzirão efeitos contratuais. As ocorrências, solicitações e divergências eventualmente encontradas deverão, também, ser registradas em Diário de Obra.

6.18. Em caráter excepcional e de urgência, admite-se a comunicação verbal ou por outros meios eletrônicos, desde que seu teor seja reduzido a termo assim que possível.

6.19. O Diário de Obras, em modelo fornecido pela Contratante, com páginas numeradas em três vias, será destinado ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e a Fiscalização;

6.20. Também no Diário de Obras deverão estar contidos os registros de fatos normais do andamento dos serviços, como entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal detalhado por função, condições climáticas e visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas Subcontratadas;

6.21. As reuniões realizadas no local dos serviços e das obras serão documentadas no Diário de Obras, que sobre elas conterá os seguintes elementos mínimos: assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Comunicação do término da obra

7.1.1. Executados todos os serviços especificados neste Termo de Referência, a Contratada deverá efetuar criteriosa vistoria para garantir que os serviços estão em condições de serem recebidos. Após isso, a Contratada deverá comunicar o término de serviço à Fiscalização, por escrito e dentro do



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

prazo contratual, para que seja realizada vistoria para fins de Recebimento Provisório.

7.1.2. A emissão da comunicação do término de serviço fora do prazo contratual caracterizará atraso na execução, sujeitando a Contratada às sanções previstas no Edital e em seus anexos.

7.1.3. Com o recebimento da comunicação de término de serviço, ficará interrompida a contagem do tempo de execução, até que haja manifestação da Fiscalização quanto à emissão do Termo de Recebimento Provisório, observado o disposto a seguir.

7.2. Recebimento provisório

7.2.1. Recebida a comunicação do término de serviço, a Fiscalização, no prazo de até 15 (quinze) dias, realizará minuciosa vistoria das condições de instalação, funcionamento e segurança dos serviços executados.

7.2.2. Ao final dessa vistoria, a Fiscalização adotará providências, que poderão configurar uma das situações descritas a seguir:

Situação 1

7.2.3. Se a obra estiver em perfeito acordo com o contratado, ela será considerada Integralmente Conforme e a Fiscalização lavrará o Termo de Recebimento Provisório. Nesse caso, a Fiscalização emitirá, em até 5 (cinco) dias da emissão do Termo, comunicação interna informando o fato à Administração, que iniciará os procedimentos para o recebimento definitivo.

Situação 2

7.2.4. Se a obra apresentar pendências consideradas pequenas, pouco numerosas e pouco relevantes do ponto de vista técnico, ela será considerada Quase Conforme e a Fiscalização lavrará o Termo de Recebimento Provisório, anexando-lhe a lista de pendências a serem resolvidas e estabelecendo prazo compatível de até 30 (trinta) dias da emissão desse Termo, para que a Contratada resolva satisfatoriamente, totalmente às suas expensas, todas as pendências.

7.2.4.1. Concluídos os trabalhos relativos a todas as pendências, a Contratada comunicará, por escrito, a conclusão das pendências à Fiscalização, solicitando a realização de nova vistoria. Nessa nova vistoria, caso a Fiscalização constate a satisfatória conclusão das pendências, ela emitirá, em até 5 (cinco) dias, comunicação interna informando o fato à Administração, que iniciará os procedimentos para o recebimento definitivo.

7.2.4.2. No entanto, caso a Fiscalização constate, nessa nova vistoria, que ainda há pendência(s) não resolvida(s), ele comunicará, por escrito, o fato à Contratada, estabelecendo-lhe prazo compatível, de até 30 (trinta) dias, para a resolução definitiva das pendências.

7.2.4.3. No caso de ser(em) verificada(s) pendência(s) nessa nova vistoria, caso o prazo de execução tenha sido ultrapassado, estará caracterizado atraso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

da Contratada na execução do objeto, o que a sujeita às sanções previstas no Edital e em seus anexos.

Situação 3

7.2.5. Se a obra apresentar pendências consideradas grandes, muito numerosas e/ou relevantes do ponto de vista técnico, ela será considerada Não-Conforme e a Fiscalização não lavrará o Termo de Recebimento Provisório, comunicando e justificando o fato à Contratada. Nesse caso, a comunicação de término de serviço será considerada sem efeito e o prazo de execução continuará a ser contado, de forma contínua, como se não houvesse havido a suspensão da contagem em virtude da comunicação do término de serviço.

7.2.6. O Termo de Recebimento Provisório deverá ser circunstanciado e assinado pelas partes.

7.3. Recebimento Definitivo

7.3.1. Após a comunicação interna emitida pela Fiscalização, a Administração designará um servidor, ou Comissão de Recebimento Definitivo, o qual emitirá, no prazo de até 90 (noventa) dias, o Termo de Recebimento Definitivo, desde que comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

7.3.2. O prazo será contabilizado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório.

7.3.3. O servidor, ou a Comissão de Recebimento Definitivo, deverá realizar vistorias em número que julgar necessário e deverá informar à Contratada sempre que identificar pendências, por escrito e concedendo tempo compatível para correção, respeitando o prazo de 90 (noventa) dias citado anteriormente.

7.3.4. Ao final do prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo, havendo pendências indicadas e não sanadas pela Contratada, esta estará sujeita às sanções legais e/ou previstas no Edital e em seus anexos.

7.3.5. A Contratada deverá apresentar para fins do recebimento definitivo os seguintes documentos:

- a) "As built" da obra, elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) Laudo de vistoria do IPHAN aprovando a obra;
- c) O Termo de Recebimento Definitivo deverá ser circunstanciado e assinado pelas partes.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. A nota fiscal, a fatura ou o documento idôneo equivalente deverá ser atestado pelo Fiscal Técnico.

Medição



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

7.6. A Fiscalização realizará, a cada 30 (trinta) dias, conforme o cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e recebidos.

7.6.1. Esse prazo poderá ser reduzido, a critério do Órgão Responsável, desde que formal e motivadamente solicitado pela Contratada.

7.6.2. Somente poderão ser considerados, para efeito de medição e pagamento, os serviços efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e suas eventuais modificações expressa e previamente aprovadas pela Contratante, observados os critérios de medição indicados no Caderno de Encargos.

7.6.3. A medição de serviços será baseada em relatórios periódicos elaborados pela Contratada, contendo levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

7.6.4. As medições serão conferidas *in loco* pela Contratante, tendo como base os documentos apresentados pela Contratada, nos quais serão informados os serviços concluídos até aquele momento, descontados os já aferidos e pagos em etapas anteriores.

7.6.4.1. Os documentos citados são planilhas, gráficos, desenhos, fotografias e todos os demais elementos de convicção que se entendam necessários para a adequada comprovação e compreensão quanto aos serviços executados no período.

7.6.5. A discriminação e a quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente a planilha de orçamento constante do Edital seus anexos e os critérios de medição expressos nas especificações dos serviços constantes deste edital. Eventuais dúvidas quanto aos critérios de medição serão sanadas pela Fiscalização.

7.6.6. A verificação dos serviços executados será efetuada pela Contratante ao trigésimo dia de cada período de medição, obtendo-se a fração do total efetivamente executada no intervalo temporal que lhe diz respeito.

7.6.7. Em cada medição, somente serão aceitas e pagas as quantidades de serviços concluídos e considerados compatíveis com as especificações previstas no Edital e em seus anexos.

7.6.8. A medição dos serviços referentes ao Item 05 – Administração da Obra será parcelada e efetuada de forma proporcional ao percentual de serviços efetivamente executados, conforme descrito a seguir:

- a) O valor total a ser pago cada medição será igual ao produto do valor total do Item 05 – Administração da Obra pelo quociente entre o valor total a ser pago pelos itens executados na medição e o valor total previsto para todos os itens do Cronograma, com exceção do item 05;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- b) Caso haja divergência entre quantitativos estimados na planilha de referência e executados, sem que haja alteração do objeto, a empresa receberá o valor integral previsto para o Item 05 – Administração da Obra. O ajuste da eventual diferença deverá ser feito na última medição;
- c) No caso de antecipação da conclusão do objeto em relação ao prazo de execução, o valor estimado do Item 05 – Administração da Obra, será integralmente pago à Contratada;
- d) No caso de atraso na conclusão do objeto em relação ao prazo de execução, por responsabilidade da Contratada, não caberá qualquer complementação dos valores referentes ao Item 05 – Administração da Obra.

7.7. Por ocasião do ateste da nota fiscal, fatura ou do documento idôneo equivalente, o Fiscal Técnico deverá verificar a regularidade previdenciária, fiscal e trabalhista da Contratada, por meio das seguintes certidões:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
- b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.7.1. As certidões acima mencionadas poderão ser substituídas por consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), em que fique demonstrada a situação da Contratada junto à Receita Federal e à Procuradoria da Fazenda Nacional, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Justiça do Trabalho.

7.7.2. Eventual situação irregular da Contratada não constitui óbice para a continuidade do processo de pagamento, podendo configurar infração contratual, que deve ser comunicada em processo específico à unidade administrativa competente.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da LEI, comunicando-se à Contratada para emissão de nota fiscal, fatura ou documento idôneo equivalente, referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, fatura ou do documento idôneo equivalente, verificadas pela Contratante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.12. As atribuições definidas neste tópico não afastam as competências específicas conferidas por normas internas a unidades da estrutura da Câmara dos Deputados.

Prazo e forma de pagamento

7.13. O pagamento pelos serviços efetivamente executados e medidos, conforme disposto no item 7.6 e seus subitens, será efetuado por meio de depósito em conta corrente indicada pela Contratada, mediante apresentação de nota fiscal, fatura ou documento idôneo equivalente devidamente discriminados e após atestação pela Contratante.

7.13.1. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal, fatura ou no documento idôneo equivalente.

7.13.1.1. A nota fiscal, fatura ou o documento idôneo deverão indicar como destinatário/tomador o CNPJ 00.530.352/0001-59, da Câmara dos Deputados, independentemente da unidade orçamentária emissora da Nota de Empenho.

7.13.2. O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do aceite do objeto.

7.13.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.13.4. No pagamento da nota fiscal relativa à última etapa da obra, 20% (vinte por cento) do valor total da nota fiscal será retido pela Contratante e somente será liberado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme estabelecido no item 7.3.

7.13.5. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INCC-M (Índice Nacional da Construção Civil), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

7.13.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.13.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais previstos na legislação aplicável.

7.13.8. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e às contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13.9. Estando a Contratada isenta (ou imune) de retenções previstas neste Título, a comprovação exigida pela legislação tributária vigente deverá ser anexada à respectiva nota fiscal, fatura ou ao respectivo documento idôneo equivalente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime e Forma de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário, na forma indireta.

Exigências de Habilitação

8.3. A licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que supram tais exigências.

8.4. A licitante deverá, ainda, apresentar a seguinte documentação:

- a) declaração do SICAF referente à habilitação da licitante (situação);
- b) os documentos que não estejam contemplados no SICAF.

8.5. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

8.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n. 123/2006.

Qualificação Econômico-Financeira

8.7. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.7.1. As empresas que estejam em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, deverão apresentar certidão positiva de recuperação judicial e certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

8.8. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

8.8.1. Os documentos referidos neste tópico limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.8.2. Os documentos referidos neste tópico deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.8.3. Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor anual da proposta.

8.8.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

8.9. A licitante deverá apresentar registro ou inscrição da licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada, em plena validade, que comprove atividade relacionada ao objeto da licitação e do(a) qual conste, como responsável técnico, pelo menos um engenheiro.

Qualificação Técnico-Operacional

8.10. A licitante deverá apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, emitido(a)(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(a)(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) ou Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO), devidamente registrada(s) no CREA da região competente, que comprovem que a licitante executou, de forma satisfatória, cada um dos seguintes serviços compatíveis com o objeto desta licitação, seja em contratos distintos ou em um único contrato:

- a) instalações de pontos de ancoragem em coberturas de edifícios, inclusive com elaboração de projetos, testes de carga e emissão de laudo técnico;
- b) execução de manutenção, reparos ou reformas de fachada de edifícios com uso de andaime suspenso motorizado, em edificações cuja altura seja superior a 30 (trinta) metros ou 10 (dez) pavimentos.

8.10.1. Não será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica.

8.10.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

8.10.3. O(s) atestado(s) deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- a) indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
- b) informação do local e da data de expedição do atestado;
- c) descrição da data de início e, se for o caso, do término da prestação dos serviços referenciados no documento.

8.10.4. O(s) atestado(s) deverá(ão), preferencialmente, estar impresso(s) em papel timbrado da pessoa jurídica que o(s) emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de telefone e e-mail do responsável pela emissão do(s) atestado(s).

8.10.5. A licitante, caso solicitado pelo Agente de Contratação, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, entre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços.

Qualificação Técnico-Profissional

8.11. A licitante deverá indicar, na forma do modelo anexo, o(s) profissional(is) de nível superior que participará(ão) da execução dos serviços, devidamente registrado(s) no CREA, detentor(es) de acervo(s) técnico(s) (individualmente ou em conjunto), que ateste(m) a elaboração dos serviços a seguir descritos:

- a) instalações de pontos de ancoragem em coberturas de edifícios, inclusive com elaboração de projetos, testes de carga e emissão de laudo técnico;
- b) execução de manutenção, reparos ou reformas de fachada de edifícios com uso de andaime suspenso motorizado, em edificações cuja altura seja superior a 30 (trinta) metros ou 10 (dez) pavimentos.

8.11.1. À relação do(s) profissional(is) indicado(s) deverão ser anexados os seguintes documentos:

- a) Certidão de Acervo Técnico (CAT) com Registro de Atestado, expedida pelo CREA;
- b) A comprovação do vínculo contratual do(s) profissional(is) indicado(s) com a Contratada, mediante a apresentação de original ou cópia autenticada de um dos seguintes documentos, se aplicável:
 - i. Carteira de trabalho (CTPS), ou registro de empregado, quando for de natureza trabalhista;
 - ii. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil, quando o vínculo for contratual;
 - iii. Estatuto ou contrato social, quando o vínculo for societário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

8.11.2. Os profissionais indicados pela Adjudicatária deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que, prévia e formalmente aprovada pela Administração.

Vistoria Prévia

8.12. Considerando que, para a contratação pretendida, a avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a licitante deverá atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, conforme modelo anexo, assegurado a ela o direito de realização de vistoria prévia.

8.12.1. À licitante que optar por realizar vistoria prévia, serão disponibilizados data e horário exclusivos, a serem agendados na Coordenação de Engenharia de Obras e Manutenção Predial da Câmara dos Deputados, por meio dos telefones (61) 3216-4111 e (61) 3216-4242, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outras licitantes. Nesse caso, a licitante deverá apresentar o Termo de Vistoria, conforme modelo anexo.

8.12.2. Caso a licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a atestação exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo anexo.

8.12.3. A não realização de vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir o ônus dos serviços decorrentes.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.136.833,47 (um milhão cento e trinta e seis mil oitocentos e trinta e três reais e quarenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação



ANEXO 1 - A
CADERNO DE ENCARGOS

01 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

01.01 PROJETOS

01.01.01 Inspeção da fachada

01.01.01.01 Análise Preliminar de Risco

A Contratada deverá apresentar à Contratante Análise Preliminar de Risco (APR), com identificação das atividades a serem executadas e os riscos envolvidos, assim como as medidas de controle a serem adotadas. A APR deverá ser analisada pela Fiscalização antes do início das atividades objeto do contrato.

A Contratada deverá, durante o desenvolvimento das atividades, adotar todas as medidas de controle cabíveis para evitar a ocorrência de acidentes com os seus trabalhadores, bem como de terceiros não envolvidos na atividade.

Caso a atividade a ser realizada produza poeiras e/ou odores tóxicos a Contratada deverá adotar medidas de controle eficazes para que não haja perturbação ao normal funcionamento das demais atividades na Câmara dos Deputados.

A Contratada deverá, após fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos e necessários para as atividades que serão desenvolvidas, fiscalizar o uso durante as atividades, responsabilizando-se integralmente pela segurança de seus funcionários.

A Contratada deverá utilizar ferramentas e equipamentos em condições adequadas e em conformidade com as normas aplicáveis.

Todos os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.

A Contratada é responsável pela execução de todos os treinamentos previstos em Normas Regulamentadoras aplicáveis a atividade contratada pela Câmara dos Deputados, bem como deverá atender as obrigações relacionadas a aptidão do trabalhador para as atividades a serem realizadas.

A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais necessários à pronta execução dos trabalhos de forma a não: prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais; obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

Caso haja dúvida quanto a correta disposição dos materiais e/ou equipamentos, a Contratada deverá fazer contato com a Fiscalização para que sejam dadas as devidas diretrizes e orientações.

A Contratada deverá manter o ambiente de trabalho limpo e organizado durante a prestação de serviços nas instalações da Contratante.

Todo e qualquer acidente ou incidente de trabalho com funcionários da Contratada, nas dependências da Contratante, deverá ser imediatamente comunicado à Fiscalização quando em horário administrativo ou no dia útil posterior. A Contratada deverá apresentar relatório sobre o ocorrido, apontando as causas, em até 30 (trinta) dias úteis após o ocorrido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

A Contratante realizará inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

A Contratante poderá paralisar a execução do serviço, sempre que ficar caracterizada uma situação de grave e iminente risco à vida.

Por questões de segurança o acesso à laje de cobertura do Edifício Anexo I, da Câmara dos Deputados, é restrito e controlado. Dessa forma, a Contratada deverá entrar em contato previamente com a Fiscalização e fornecer cronograma da realização de atividades nesse local para que sejam feitas as devidas autorizações. Quaisquer alterações nesse documento deverão ser comunicadas de imediato para a Fiscalização.

Critério de medição: medido após a entrega definitiva da Análise Preliminar de Risco. Unidade de medida: unidade (un).

01.01.01.02 Projeto de instalação de andaimes suspensos motorizados (balancim elétrico)

- 2 O projeto deverá contemplar o fornecimento, montagem, movimentações e desmontagem do sistema, atendendo os critérios de segurança, estruturais e operacionais, aplicáveis à execução destas atividades previstas na NR 18, devendo ser elaborado por profissional legalmente habilitado e com registro profissional válido no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), com a entrega da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- 3 É proibida a fixação de sistemas de sustentação dos andaimes por meio de sacos com areia, pedras ou qualquer outro meio similar.
- 4 É proibido o uso de cabos de fibras naturais ou artificiais para sustentação dos andaimes suspensos.
- 5 Os andaimes suspensos motorizados, devem possuir os seguintes dispositivos: cabos de alimentação de dupla isolamento; plugs e/ou tomadas blindadas; dispositivo Diferencial Residual (DR); fim de curso superior e batente.
- 6 Critério de medição: medido após a entrega e aprovação do projeto. Unidade de medida: unidade (un.)

7

01.02 TESTES E INSPEÇÕES

- 8 Antes da realização dos testes e inspeções os revestimentos de todas as fachadas deverão ser lavados de acordo com o disposto no item 03.04.01.01.

01.02.01 Testes e inspeções da fachada

01.02.01.01 Ensaio à percussão das placas de mármore

A inspeção predial deverá ser realizada em toda a fachada, com 2.174 m² de área, incluindo as platibandas do edifício, totalizando cerca de 6.900 placas de mármore.

Com a superfície limpa, a inspeção predial verificará a integridade e adesão de placas de mármore, por percussão, consubstanciando-se em Relatório com o



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

mapeamento da situação da fachada, identificando as peças, os respectivos posicionamentos e seu status em relação às características objeto de estudo. Todas as placas serão objeto de verificação de adesão, integridade e estabilidade, de acordo com sua forma de fixação, de forma a identificar as peças total ou parcialmente soltas (devem ter o registro de percentual do som cavo para cada placa), total ou parcialmente fissuradas ou fraturadas (devem ter o percentual de fissura/fratura nas placas registrado), bem como incrustações e pontos de infiltração de água.

As placas aderidas ao substrato por argamassa serão verificadas por meio de percussão com martelo de borracha com batidas sucessivas em toda a sua área, além de inspeção visual próxima, a no máximo 50 cm de distância, sem que haja danos às placas.

A verificação será feita de forma a não causar qualquer tipo de dano às placas de mármore. Eventuais danos deverão ser imediatamente reparados pela Contratada sem ônus para a Contratante.

As peças fraturadas, soltas ou parcialmente soltas, ou com fissuras profundas que impliquem em infiltração e percolação de água, serão marcadas com material visível, mas facilmente solúvel, a exemplo de giz colorido ou similar, de forma a facilitar sua futura reinstalação ou substituição. Aquelas peças que estiverem apenas superficialmente fissuradas não serão marcadas.

Deverá ser submetida para aprovação da Fiscalização a metodologia para marcação das placas, onde deverão ser detalhados os procedimentos e materiais utilizados para a marcação e sua futura remoção caso necessário.

Com exceção das placas superficialmente fissuradas, as demais placas que apresentarem patologias como: fissuras profundas, fraturas e descolamento serão removidas (detalhamento no item 03.01.02.01 sobre remoção das peças). Imediatamente após a remoção deverão ser identificadas para que seja possível indicar a exata localização da placa na paginação a ser entregue.

Todas as informações quanto as patologias observadas deverão estar contidas em relatório final/projeto *as built* identificando cada placa com sua respectiva característica e o percentual da placa afetado.

Todas as placas de mármore que estiverem fixadas ao substrato por argamassa ou argamassa e parafusos serão objeto de verificação de adesão, por meio de percussão com martelo de borracha em toda a sua superfície.

As verificações serão feitas de forma a não causar qualquer tipo de dano às placas de pedra, aos fixadores, e à estabilidade dessas peças, cabendo à Contratada providenciar as reparações eventualmente necessárias, sem ônus para a Contratante.

Todas as placas de mármore das áreas de intervenção serão objeto de inspeção visual próxima, realizada por observador localizado a um máximo de 50cm de distância do paramento. A inspeção visual visará a identificar aquelas placas que se encontram total ou parcialmente soltas, bem como total ou parcialmente fissuradas.

As peças partidas, soltas, parcialmente soltas, ou com fissuras profundas, que impliquem em infiltração e percolação de água, serão marcadas com material visível, mas facilmente solúvel, a exemplo de giz colorido ou similar, de forma a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

facilitar sua futura reinstalação ou substituição. Aquelas peças que estiverem apenas superficialmente fissuradas não serão marcadas.

Critério de medição: medido após a entrega e aprovação do Laudo previsto no item 01.03.01.01 pela Fiscalização. Unidade de medida: metro quadrado (m²).

01.02.01.02 Inspeção por imagens de alta resolução e termográficas

O serviço de inspeção por imagens fotográficas de alta resolução e termográficas deverá ser realizado em toda a área de revestimento do edifício, por meio de utilização de Veículo Aéreo Não Tripulado, o VANT ou, como mais popularmente conhecido, DRONE.

Os equipamentos deverão ter capacidade de voo e estrutura que permitam a sua aproximação e deslocamento de modo a obter imagens adequadas de toda a edificação. Deverão ter precisão GPS de 0,5cm/vertical e 1,5cm/horizontal, resistência a chuva leve e poeira, além de suportar o vento incidente no local, sem perda de precisão.

As câmeras utilizadas deverão ser próprias para fixação e constar no rol de capacidade de carga do VANT/DRONE adotado pela Contratada, não sendo aceitas adaptações de fixação. O equipamento captor de imagens deverá ser capaz de obter imagens estabilizadas em alta resolução (mínimo de 12 MegaPixels) e termográficas, com sensor radiométrico, e com resolução e range de temperaturas compatíveis com a finalidade da inspeção, não sendo admitido a não caracterização das não-conformidades identificadas por conta de incapacidade do equipamento.

O software de fotogrametria a ser utilizado para compilação das imagens fotográficas em alta resolução e termográficas deverá ser capaz de associar, agrupar e sobrepor estas imagens, de modo a possibilitar a montagens de imagens completas das fachadas do edifício. A critério da Fiscalização, essas imagens poderão ser segmentadas por pavimentos/juntas de dilatação, objetivando melhor visualização dos resultados.

As atividades de planejamento de voo e operação do equipamento deverão ser realizadas por profissional habilitado/competente que, preferencialmente, também seja Engenheiro Civil ou Arquiteto. Não sendo, o profissional operador/piloto deverá ser acompanhado por um Engenheiro Civil ou Arquiteto. É de responsabilidade da Contratada a obtenção de liberação para voo junto aos órgãos competentes, inclusive a elaboração e juntada de documentos e detalhamento dos serviços que se fizerem necessários para obtenção desta liberação.

Critério de medição: medido após a entrega e aprovação do Laudo previsto no item 01.03.01.01 pela Fiscalização. Unidade de medida: metro quadrado (m²).

01.02.01.03 Ensaio de Arrancamento (aderência à tração)

A análise da qualidade do revestimento, executado de acordo com os métodos da NBR 13528.

Critério de medição: medido após a entrega e aprovação do Laudo previsto no item 01.03.01.01 pela Fiscalização. Unidade de medida: unidade (un).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

01.03 LAUDOS

01.03.01 Laudos Técnicos

01.03.01.01 Laudo técnico de inspeção predial

Ao final das inspeções e ensaios, deverá ser entregue o Laudo Técnico de Inspeção Predial com as informações atualizadas quanto aos serviços executados e os serviços remanescentes, e deverá conter no mínimo:

- a) Identificação do solicitante/ Localização/ Classificação do objeto da inspeção/ data da diligência;
- b) Nível de inspeção utilizado;
- c) Descrição do critério e método da inspeção predial
- d) Lista de documentação solicitada, documentação entregue e documentação analisada;
- e) Descrição técnica do objeto e das características da edificação (Idade/Tipologia/padrão construtivo/utilização e ocupação);
- f) Classificação analítica do meio ambiente, em particular da agressividade à estrutura em questão;
- g) Mapeamento e descrição completos das patologias;
- h) Gráficos quantificando as ocorrências de manifestações patológicas e níveis de degradação tratadas e não tratadas nesta fase;
- i) Documentação fotográfica numerada e legendada;
- j) Identificação de possíveis deficiências quanto à execução, ou ainda à utilização e manutenção das fachadas;
- k) Lista de verificação dos elementos construtivos e equipamentos vistoriados, descrição e localização das respectivas anomalias e falhas constatadas;
- l) Classificação e análise das anomalias e falhas quanto ao grau de risco;
- m) Indicação de prioridade;
- n) Avaliação da manutenção e condições de uso da edificação e dos sistemas construtivos;
- o) Recomendações técnicas para execução dos reparos/intervenções;
- p) Conclusões e recomendações gerais;
- q) Recomendação do prazo para nova Inspeção Predial;
- r) Data do laudo;
- s) Assinatura do(s) profissional(ais) responsável(eis), acompanhado do nº do CREA ou do CAU e n. do IBAPE;
- t) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

A Contratada deverá, na entrega do Laudo Técnico, apresentar declaração e documentos técnicos em conformidade com a legislação aplicável e as Normas Técnicas vigentes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

A lista apresentada deve ser adequada pelo inspetor predial, conforme o tipo e a complexidade da edificação e suas instalações e sistemas construtivos a serem inspecionados.

Os Relatórios Técnicos compreenderão a sistematização das informações levantadas, registro dos resultados da inspeção em meio gráfico digital (software AutoCAD), elaboração do documento em versão final e entrega do produto físico, em meio digital (arquivos “.docx”, “.dwg” e “.pdf”) e impresso, a ser analisado e aprovado pela Fiscalização.

São elementos observados no trabalho de inspeção predial, que devem ser considerados na classificação da qualidade de manutenção: falhas constatadas; não conformidades registradas nos documentos pertinentes à manutenção; classificações dos graus de risco; atendimento às necessidades da edificação, considerados os conceitos de desempenho, vida útil e durabilidade.

Deverão, ainda, ser observados os atendimentos aos demais aspectos mencionados na ABNT NBR 5674.

A Contratada deverá efetuar a classificação da inspeção predial quanto à complexidade, considerando as características técnicas da edificação, manutenção e operação existentes. Conforme disposto na NBR 16.747/2020, as inspeções realizadas deverão ser classificadas em nível 1, nível 2 ou nível 3. E ainda, as anomalias e falhas deverão ser classificadas mediante os graus: crítico, médio e mínimo.

Também deverão ser adotados critérios para classificação das anomalias e falhas existente na edificação, considerando o risco oferecido aos usuários, ao meio ambiente e ao patrimônio, dentro dos limites da inspeção predial. Assim, a prioridade na ordem das orientações técnicas das deficiências constatadas poderá se basear nesta(s) classificação(ões).

A classificação deverá abranger o estado de manutenção geral da edificação e condições de uso.

O Laudo técnico deverá apresentar as intervenções necessárias para manutenção e reparos fachadas, de acordo com o rol de serviços da planilha de orçamento, para avaliação da Contratante e posterior liberação para execução.

Critério de medição: Medido após entrega e aprovação pela Fiscalização.
Unidade de medida: unidade (un)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

02 SERVIÇOS PRELIMINARES

02.01 INSTALAÇÃO DE ANCORAGEM DEFINITIVA

02.01.01 Instalação de ancoragem definitiva

02.01.01.01 Projeto, instalação, teste e emissão de laudo de ancoragem definitiva na cobertura

- 9 A Contratada deverá projetar dispositivos destinados à ancoragem de equipamentos e de cabos de segurança para o uso de Sistema de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ) em conformidade com os requisitos da NR 18, item 18.12.12 e subitens, NBR 6494/1990 (norma de segurança em andaimes), bem como em conformidade com outros normativos técnicos aplicáveis, com resistência mínima a tração de 1.500 kgf, em aço inox 316 din/iso a4. O modelo a ser adotado no projeto deve ser submetido para aprovação prévia da Fiscalização.
- 10 A Contratante irá avaliar a viabilidade da instalação do modelo apresentado pela Contratada tendo em vista as características do patrimônio tombado, bem como da usabilidade do espaço para realização de serviços de manutenção.
- 11 Os pontos de ancoragem deverão ser projetados de maneira que estejam posicionados a cada 2 metros de distância ao longo de todo o perímetro da laje de cobertura do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, aproximadamente 108 metros de extensão.
- 12 Após a execução de instalação, os pontos de ancoragem deverão ser submetidos a teste estático de carga para comprovação de sua resistência, que deverá estar de acordo com o projeto, com as normas técnicas vigentes e com as especificações do fabricante. Nos casos de não atendimento da resistência especificada, os pontos deverão ser executados novamente, sem ônus à Contratante, inclusive com a remoção do ponto reprovado.
- 13 Cada um dos pontos de ancoragem deve apresentar na sua estrutura, em caracteres indelévels e bem visíveis: a) razão social do fabricante e o seu CNPJ; b) modelo ou código do produto; c) número de fabricação/série; d) material do qual é constituído; e) indicação da carga; f) número máximo de trabalhadores conectados simultaneamente ou força máxima aplicável; g) pictograma indicando que o usuário deve ler as informações fornecidas pelo fabricante.
- 14 Após a instalação e testagem em todos os pontos de ancoragem deverá ser fornecido Laudo Técnico de ancoragem definitiva, indicando resultados obtidos, verificando o atendimento de projetos e normativos.
- 15 A Contratada deverá apresentar ART, assinada por profissional legalmente habilitado e competente, referente às etapas de projeto, execução, testagem e laudo dos pontos de ancoragem destinados à instalação de equipamentos (do tipo balancim) e de cabos de segurança para o uso de SPIQ.
- 16 Serão fornecidos pela Contratante os projetos da edificação da área de instalação dos pontos de ancoragem.
- 17 A recomposição da impermeabilização nos pontos de ancoragem será realizada pela Contratante.

Critério de medição: medido após a entrega de cada etapa dos serviços, com a seguinte distribuição: a) Projeto: 10% do produto obtido a partir do preço unitário do item e da quantidade executada; b) Instalação: 80% do produto obtido a partir do



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

preço unitário do item e da quantidade executada; e c) Testes e laudo: 10% do produto obtido a partir do preço unitário do item e da quantidade executada. Unidade de medida: unidade (un).

02.02 PROTEÇÃO E SINALIZAÇÃO

A Contratada deverá executar o canteiro de obras de acordo com suas necessidades, utilizando os itens indicados em planilha, mantendo aspectos de organização, limpeza e segurança, atendendo, no que for cabível, ao disposto na NR 18 – condições de segurança e saúde no trabalho na indústria da construção.

São obrigatórias a elaboração e a implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) nos canteiros de obras, contemplando os riscos ocupacionais e suas respectivas medidas de prevenção, nos termos da NR 18 - condições de segurança e saúde no trabalho na indústria da construção.

02.02.01 Proteção e sinalização da obra

02.02.01.01 Tapume em tela de polietileno para sinalização e segurança

A tela deve ter malha retangular de 10,00 x 4,00 cm na cor Laranja em rolos com medidas de 50,00 m de comprimento x 1,20 m de largura com peso de 2,80 Kg / Rolo.

De acordo com a norma de segurança do trabalho NR18, além da tela tapume também é necessária a colocação de estrutura de apoio como: madeiramento, cabo de aço ou arame galvanizado, apoiada no piso.

Esse conjunto deverá ser instalado temporariamente para isolar a região perimetral da edificação em contato com o espelho d'água.

Critério de medição: medido após a execução completa dos tapumes. Unidade de medida: metro quadrado (m²).

02.02.01.02 Tapumes, inclusive os portões e pintura no lado externo

O tapume deverá ser executado com uso de telhas metálicas novas pintadas no lado externo com estrutura metálica para fixação. A altura mínima será de 2 metros.

Os portões de acesso deverão ser fabricados em chapas metálicas, pintadas com esmalte sintético e serão resistentes para suportar o fluxo de trabalho no local.

Os tapumes deverão ser instalados nas áreas de fechamento do canteiro de obras e isolamento das áreas de trabalho.

Eventuais necessidades de manutenção e trocas de peças deverão estar inclusas no preço unitário do item na proposta da Contratada.

O local de instalação será indicado pela Contratante, e conforme projeto executivo de canteiro.

Critério de medição: medido após a execução completa dos tapumes, inclusive portões de acesso e pintura. Unidade de medida: metro quadrado (m²).

02.02.01.03 Assentamento e confecção de placa de obra em chapa de aço zincado, espessura # 22, conforme caderno de encargos

As placas deverão ser visíveis e legíveis ao público, contendo o nome dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

As placas deverão conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- Nome do responsável ou responsáveis técnicos pela execução da obra, de acordo com o seu registro no CREA/CAU;
- Atividades específicas pelas quais o profissional ou profissionais são responsáveis;
- Título, número da carteira profissional e região do registro dos profissionais;
- Nome da empresa executora da obra, de acordo com o seu registro no CREA/CAU.

O nome da empresa que participar da obra não poderá constar da placa de identificação do exercício profissional em maior destaque que o conferido aos autores do projeto ou responsáveis técnicos pela execução, tanto pelo tipo quanto pela cor e tamanho das letras que a placa contiver.

A Contratada deverá manter a placa de obra em boas condições durante toda a execução do contrato.

A Contratante fornecerá modelo para confecção da placa.

Critério de medição: medido após a confecção e instalação completa da placa de obra. Unidade de medida: metro quadrado (m²).

02.02.01.04 Proteção de periferia com guarda corpo

O guarda corpo deverá ser fabricado com emprego de colunas em caibro com altura de 1,20 m a partir do piso. Esses caibros deverão ser fixados adequadamente junto ao piso.

Deverá ser utilizado rodapé de tábua de madeira com 20 cm de largura, a ser instalado rente à superfície. Os barrotes intermediários e parapeitos serão executados com sarrafos de madeira de 10 cm de largura, com espaçamento não superior a 50 cm entre eles. Em toda extensão do guarda corpo deverá ser instalada tela de proteção fachadeira, gramatura mínima de 30 gramas/m².

O guarda corpo deverá ser utilizado para o fechamento na porção central elevada da cobertura e deverá permanecer instalado durante todo período de execução.

Eventuais necessidades de manutenção e trocas de peças deverão estar inclusas no preço unitário do item na proposta da Contratada.

Deverão ser instalados guarda corpos na cobertura, em região não protegida por platibandas, e no pavimento térreo com finalidade de proteção das esquadrias de vidro.

Critério de medição: medido após a fixação e instalação, com todos seus elementos de segurança, desde que a manutenção do canteiro seja efetuada de maneira adequada, atendo às prescrições normativas. Unidade de medida: metro quadrado (m).

02.02.01.05 Placas de sinalização, segurança e advertência

Deverão ser empregadas placas que identifiquem os locais de apoio do canteiro de obras e situações de risco, em atendimento as Normas Regulamentadoras - NR.

Critério de medição: medido após a instalação das placas. Unidade de medida: unidade (un).

02.02.01.06 Fornecimento e instalação de tela fachadeira

Deverão ser empregadas telas fachadeiras na fachada lateral voltada para o prédio do Senado Federal, assim evitando que materiais projetados, além da periferia,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

atinjam pessoas e locais não desejados. As telas fachadeiras deverão atender às Normas Regulamentadoras.

A tela de proteção de fachada deverá ser em polietileno, com fios trançados, do tipo pesada, contar com reforços estruturais, nas cores branca, acabamento será com borda e giro inglês.

Eventuais necessidades de manutenção e trocas de peças deverão estar inclusas no preço unitário do item na proposta da Contratada.

Critério de medição: medido após a adequada instalação, desde que a manutenção do canteiro seja efetuada de maneira adequada, atendo às prescrições normativas. Unidade de medida: metro quadrado (m²).

02.03 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BALANCIM ELÉTRICO

02.03.01 Fornecimento e instalação de balancim elétrico para fachada

O balancim elétrico terá dimensões de 4 metros de comprimento e largura de 0,90 metros, com assoalho de chapa expandida ou alumínio antiderrapante, com sistemas de instalação, freios e demais itens em atendimento aos requisitos de projetos e preconizações normativas.

O sistema de andaime motorizado (balancim elétrico) deverá ser instalado de acordo com as definições do projeto executivo apresentado e atendendo os requisitos normativos.

É proibida a fixação de sistemas de sustentação dos andaimes por meio de sacos com areia, pedras ou qualquer outro meio similar.

É proibido o uso de cabos de fibras naturais ou artificiais para sustentação dos andaimes suspensos.

Os andaimes suspensos motorizados devem possuir os seguintes dispositivos: cabos de alimentação de dupla isolamento; plugs e/ou tomadas blindadas; dispositivo Diferencial Residual (DR); fim de curso superior e batente.

Critério de medição: medido mensalmente, desde que tenha havido realização de serviços onde a utilização deste tenha sido indispensável. Unidade de medida: mês (mês).

03 TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO DO REVESTIMENTO PÉTREO DAS FACHADAS

03.01 REMOÇÃO

A Contratada deverá depositar os entulhos em local indicado pela Contratante, que ficará responsável pelo descarte.

03.01.01 Remoção de rejuntas e juntas

03.01.01.01 Remoção de rejuntas

Para execução dos rejuntas novos faz-se necessário remover vestígios anteriores utilizando raspador de rejuntas ou jato de ar, evitando danificar o revestimento existente.

Esse serviço será realizado por trabalhador qualificado, que comprove conclusão de curso específico para sua atividade em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino, e com emprego de sistema de acessos por cordas e/ou cadeira suspensa.

Critério de medição: medido após a execução. Nas fachadas principais, a área mínima de medição será correspondente a um módulo entre juntas de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

movimentação, não sendo objeto de medição módulos executados parcialmente. Os demais locais (platibandas) serão medidos apenas após a conclusão dos serviços. Unidade de medida: metro (m).

03.01.01.02 Remoção de juntas de movimentação

Para execução das juntas de movimentação novas faz-se necessário remover vestígios anteriores dessas juntas utilizando raspador de rejuntas ou jato de ar, evitando danificar o revestimento existente.

Esse serviço será realizado por trabalhador qualificado, que comprove conclusão de curso específico para sua atividade em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino, e com emprego de sistema de acessos por cordas e/ou cadeira suspensa.

Critério de medição: medido após a execução. Nas fachadas principais, a área mínima de medição será correspondente a um módulo entre juntas de movimentação, não sendo objeto de medição módulos executados parcialmente. Os demais locais (platibandas) serão medidos apenas após a conclusão dos serviços. Unidade de medida: metro (m).

03.01.02 Remoção dos revestimentos

03.01.02.01 Remoção dos revestimentos pétreos

A remoção das placas deverá ser efetuada tomando-se o máximo de cuidado possível e com pessoal treinado e especializado.

A remoção dar-se-á do último pavimento ao térreo e as placas serão removidas com o auxílio de cinzeiros pequenos e marreta de 0,5 kg adequados para remoção das placas de mármore sem que haja danos às placas circunvizinhas.

Após a remoção das placas, identificá-las para que seja possível a exata localização na paginação caracterizando-as em: i) placa fraturada; ii) placa fissurada; e iii) placa descolada. Posteriormente, as placas passarão por tratamento(s) conforme a(s) patologia(s) identificada(s) na peça. A especificação dos tratamentos dessas placas ficará a cargo da Cproj por ser o setor com capacitação profissional e por atuar na área de preservação arquitetônica da Contratante.

Esse serviço será realizado por trabalhador qualificado, que comprove conclusão de curso específico para sua atividade em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino, e com emprego de andaime suspenso (balancim elétrico).

Critério de medição: medido após a execução. Nas fachadas principais, a área mínima de medição será correspondente a um módulo entre juntas de movimentação, não sendo objeto de medição módulos executados parcialmente. Os demais locais (platibandas) serão medidos apenas após a conclusão dos serviços. Unidade de medida: unidade (un).

03.01.02.02 Remoção das camadas de revestimento do substrato (chapisco e reboco)

A remoção dar-se-á com o máximo de cuidado possível do último pavimento ao térreo e a argamassa será removida com o auxílio de martelo manual pequeno e marreta de 1,5 kg adequados para remoção da argamassa, ou ainda, com martelo rompedor de no máximo 5 kg sem que haja danos às placas circunvizinhas e à estrutura.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

A superfície do substrato deverá ficar totalmente limpa (sem restos de argamassa, poeira e sujeiras que possam prejudicar a aderência da argamassa de regularização do novo emboço) para o recebimento de novas camadas de revestimento. Essa limpeza pode ser realizada com escova de aço e posteriormente com jato de água pressurizada. Após este procedimento, deverá ser previsto também um período de secagem de 24 horas antes da aplicação do novo chapisco.

Esse serviço será realizado por trabalhador qualificado, que comprove conclusão de curso específico para sua atividade em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino, e com emprego de andaime suspenso (balancim elétrico).

Critério de medição: medido após a execução. Nas fachadas principais, a área mínima de medição será correspondente a um módulo entre juntas de movimentação, não sendo objeto de medição módulos executados parcialmente. Os demais locais (platibandas) serão medidos apenas após a conclusão dos serviços. Unidade de medida: metro quadrado (m²)

03.02 SUBSTITUIÇÃO E FIXAÇÃO DE REVESTIMENTO PÉTREO

03.02.01 Rejuntamento e tratamento

03.02.01.01 Recomposição das camadas de revestimento do substrato (chapisco e emboço)

Serviço a ser adotado em casos específicos, que deverão ser indicados pela Contratada e analisados pela Contratante, mediante informações contidas no laudo técnico de inspeções prediais.

O chapisco deverá ter o traço volumétrico com cimento Portland e areia grossa em proporção de 1:4 e deverão ser executados sobre o substrato umedecido, tendo espessura final máxima de 5mm.

O emboço deverá ter o traço volumétrico com cimento Portland e areia em proporção de 1:4, com incorporação de aditivo plastificante e deverá ter espessura final variável, compatível com o assentamento da nova placa de mármore, de modo a possibilidade o perfeito alinhamento desta com a superfície do plano existente.

Esse serviço será realizado por trabalhador qualificado, que comprove conclusão de curso específico para sua atividade em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino, e com emprego de andaime suspenso (balancim elétrico).

Critério de medição: medidos após a execução completa do serviço no pavimento. Unidade de medida: metro quadrado (m²).

03.02.01.02 Fornecimento de revestimento pétreo

O Edifício Anexo I constitui parte integrante do Palácio do Congresso Nacional, nos termos do art. 2º, inciso II do Ato da Mesa 154/2021, que estabelece diretrizes de preservação do Complexo Arquitetônico e Urbanístico da Câmara dos Deputados, que também estabelece, em seu art. 5º que, no Palácio do Congresso Nacional, toda intervenção deverá garantir “a autenticidade dos materiais e a integridade de suas feições internas ou externas”. O §1º do mesmo artigo explica que “a garantia da autenticidade dos materiais implica a manutenção da maior quantidade possível de materiais originais, de modo a evitar falsificações de caráter artístico e histórico”, acrescentando em seu §2º que “na impossibilidade de manutenção dos materiais originais, serão utilizados outros compatíveis com os existentes, em suas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

características físicas, químicas e mecânicas e aspectos de cor e textura sem, no entanto, serem confundidos entre si”.

Por meio de pesquisa, identificou-se que o mármore usado originalmente era denominado “Branco Italva”, originário de pedreiras na região de Italva, RJ, hoje desativadas. Verificou-se, porém, que outro afloramento geológico daquela jazida ocorre na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo, sendo explorado pela Empresa de Mineração Santa Clara Ltda. Não se tem conhecimento de outra exploração do mesmo material. Tal especificidade é ensejada pela preservação do Patrimônio Cultural Edificado de que aqui se trata. A Contratada pode, em todo caso, apresentar alternativa de aquisição, desde que atendidos os critérios de aceitação abaixo descritos.

O material da mesma jazida possui diversas tonalidades, e padrões de veios, cada qual com uma denominação comercial distinta. Apresentam semelhança com o material hoje assentado à fachada: **Aquarela**, correspondente a uma tonalidade mais clara e homogênea, com poucos veios marrom-claros; **Classic Shadow**, correspondente a uma padronagem com veios acinzentados relativamente regulares e **Clássico**, correspondente a uma tonalidade clara com veios esverdeados e algumas manchas claras acinzentadas. De modo a emular o desgaste natural de perda de brilho das peças assentadas há mais de seis décadas levou a significativa perda do brilho decorrente do polimento, as peças devem ser adquiridas sem qualquer polimento.

Com base em obra análoga realizada no Senado Federal, estima-se que será necessário o seguinte quantitativo para reposição:

- 48 m² de mármore ‘Branco Italva “Aquarela” E=20mm, sem polimento, da empresa Santa Clara’;
- 45m² de mármore ‘Branco Italva “Classic Shadow” E=20mm, sem polimento, da empresa Santa Clara’;
- 45 m² de mármore ‘Branco Italva “Clássico” E=20mm, sem polimento, da empresa Santa Clara’.

Processo e critério de aceitação: Tais quantitativos, e sua distribuição entre os três tipos aqui especificados, deverão ser retificados e apresentados tempestivamente juntamente a amostras de pelo menos 30cmX30cm para aprovação da Fiscalização após a realização da inspeção por ensaios a percussão e de arrancamento, bem como imagens termográficas realizadas anteriormente pela Contratada (item 01.02 acima). Deverá ser indicado em projeto, preliminarmente, quais peças serão trocadas e por qual mármore, já com as medidas precisas de cada peça, tomadas nos locais de aplicação.

A Contratada poderá sugerir a substituição do material especificado neste item por outros comprovadamente do mesmo veio e de composição petrográfica análoga à existente no local, mediante aprovação preliminar tempestiva junto à fiscalização, com apresentação de amostras em formato mínimo de 30cmx30cm e laudos petrográficos.

Critério de medição: medido após entrega em obra e aprovação das tonalidades e padronagens. Unidade de medida: metro quadrado (m²) e número de peças de aproximadamente 40cmX81,5cm, conforme medida prévia *in loco* nos locais em que serão assentadas.



03.02.01.03 Assentamento de revestimento pétreo

A instalação de placas de mármore por meio de argamassa compreende o fornecimento de todos os materiais e mão de obra necessários à execução do serviço, inclusive, mas não somente, argamassa colante, rejunte, espaçadores, etc. O material a ser utilizado será a argamassa industrial colante de Alta Resistência para assentamento (tipo ACIII), composta por cimento branco estrutural, aditivos especiais, impermeabilizantes, pigmentos fixadores de cor, sílicas perfeitamente graduadas e uniformes e de fungicidas. Utilizada em placas de até 40cmx125cm e de espessura de 1 a 3 cm, em ambientes externos.

A camada de impermeabilização porventura adjacente às placas deverá estar íntegra ou plenamente recuperada.

A superfície para assentamento das placas deverá ser plana, sem desnivelamentos, firme, seca, curada e absolutamente limpa, sem pó, óleo, tinta e outros resíduos que impeçam a aderência da argamassa colante. Caso seja necessário o nivelamento, ele poderá ser feito com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3. Caso seja necessária a limpeza, ela poderá ser feita com água e, conforme a necessidade, com sabão – sendo necessária a completa secagem antes da continuidade dos serviços. A argamassa colante deverá ser aplicada tanto no substrato como na parte posterior da placa (processo de dupla camada), realizando cordões com desempenadeira denteada com dimensões compatíveis às das placas a serem assentadas. Tal procedimento deverá garantir que a ocorra total aplicação de argamassa sob as peças, sem vazios. Os cordões do tardo de deverão ser perpendiculares à base. Se possível, devem-se posicionar as placas ligeiramente deslocadas de sua posição final e arrastá-las para romper os cordões de argamassa colante. Após o assentamento, deve-se pressioná-los batendo com martelo de borracha até a obtenção da espessura desejada de argamassa, e proceder à limpeza das faces com esponja levemente umedecida e pano seco (não lavar e nem molhar).

Após a cura das argamassas de assentamento por no mínimo 72 (setenta e duas) horas, será aplicado o rejuntamento. A aplicação da mistura deve ser feita em pequenas superfícies para se proceder à limpeza progressivamente. Recomenda-se utilizar desempenadeira de borracha, estendendo e pressionando o produto para dentro das juntas. Após o tempo indicado pelo fabricante, proceder à limpeza, utilizando esponja macia, úmida e limpa. As juntas apresentarão aspecto de simples justaposição, sem argamassa visível.

Referência Comercial: Argamassa mármore e granitos interno Quartzolit – Argamassas para assentamento de blocos especiais – Weber /Saint Gobain.

Esse serviço será realizado por trabalhador qualificado, que comprove conclusão de curso específico para sua atividade em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino, e com emprego de andaime suspenso (balancim elétrico).

Critério de medição: medido após a execução. Nas fachadas principais, a área mínima de medição será correspondente a um módulo entre juntas de movimentação, não sendo objeto de medição módulos executados parcialmente. Os demais locais (platibandas) serão medidos apenas após a conclusão dos serviços. Unidade de medida: metro quadrado (m²).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

03.02.02 Fixações

03.02.02.01 Instalação de pinos para ancoragem das placas existentes, inclusive tratamento dos furos

Serviço a ser adotado em casos específicos, que deverão ser indicados pela Contratada e analisados pela Contratante, mediante informações contidas no laudo técnico de inspeções prediais.

As placas de revestimento pétreo serão fixadas com emprego de dois chumbadores em cada peça, conforme substrato.

Os furos para fixação nas pedras deverão possuir diâmetro de 25 mm e profundidade de 9 mm.

Antes dos furos, deverão ser executados pré-furos centrais com diâmetro de 6 mm, perfurando toda a placa até atingir o emboço, para servir como guia para os furos definitivos.

Os furos centrais definitivos possuirão diâmetro de 10 mm, até atingir o emboço.

O substrato deverá ser perfurado com emprego de broca com diâmetro de 10 mm (com impacto e a seco) e atingirá a profundidade de 12 cm, contados da superfície da placa. Caso haja presença de tijolos ocos, os furos deverão ser alargados na parte central da pedra e no substrato deverá ser executado furo com diâmetro de 16 mm. Esse serviço deverá avançar até atingir 15 cm de profundidade, contados da superfície da placa. Caso o substrato esteja oco, haverá possibilidade de inserir camisa plástica.

O furo deverá ser limpo a seco com emprego de ar comprimido, não se permitindo a presença de qualquer umidade no interior do furo.

Após os procedimentos listados, ocorre a aplicação de adesivo ancora QP 300 (ou similar), e posteriormente a inserção completa de parafuso com arruela. O excesso de adesivo deverá ser imediatamente limpo.

Os procedimentos de impacto realizados nos revestimentos pétreos serão feitos com emprego de furadeira sem impacto diamantada e com a presença de água.

A vedação dos furos dos chumbadores por meio de tamponamento será executada com emprego de argamassa de rejunte tipo AR II com Baucryl AC Plus 500 ou similar como água de emassamento.

Esse serviço será realizado por trabalhador qualificado, que comprove conclusão de curso específico para sua atividade em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino, e com emprego de andaime suspenso (balancim elétrico).

Critério de medição: medido após a execução. Nas fachadas principais, a área mínima de medição será correspondente a um módulo entre juntas de movimentação, não sendo objeto de medição módulos executados parcialmente. Os demais locais (platibandas) serão medidos apenas após a conclusão dos serviços. Unidade de medida: unidade (un.)

03.03 RECOMPOSIÇÃO DE REJUNTES E JUNTAS

03.03.01 Rejuntamento e tratamento

Detalhes construtivos necessários para permitir a movimentação da estrutura devido a esforços. São detalhados dois tipos de juntas: rejuntamento e juntas de movimentação.

03.03.01.01 Rejuntamento do revestimento pétreo



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

O rejuntamento de placas de mármore em fachada compreende o fornecimento de todos os materiais e mão de obra necessários à execução do serviço.

Rejuntamento industrial composto de Cimento Portland branco, agregados minerais, pigmentos orgânicos, polímeros e aditivos químicos tóxicos, em cores diversas, à formação de fungos.

As juntas e o substrato devem estar secos e limpos, sem nenhum resíduo de pó, gordura, óleo ou qualquer material que impeça a aderência do rejuntamento novo. Remover vestígios anteriores utilizando raspador de rejuntos ou jato de ar.

A aplicação do rejuntamento deve ser feita em pequenas superfícies para se proceder à limpeza progressivamente. Recomenda-se utilizar desempenadeira de borracha, estendendo e pressionando o produto para dentro das juntas. Após o tempo indicado pelo fabricante, proceder a limpeza, utilizando esponja macia, úmida e limpa. As juntas apresentarão aspecto de simples justaposição, sem argamassa visível.

Referência Comercial: rejunte porcelanatos e cerâmicas Quartzolit, rejunte Quartzolit ou Weber/Saint Gobain.

Esse serviço será realizado por trabalhador qualificado, que comprove conclusão de curso específico para sua atividade em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino, e com emprego de sistema de acessos por cordas e/ou cadeira suspensa.

Critério de medição: medido após a execução. Nas fachadas principais, a área mínima de medição será correspondente a um módulo entre juntas de movimentação, não sendo objeto de medição módulos executados parcialmente. Os demais locais (platibandas) serão medidos apenas após a conclusão dos serviços. Unidade de medida: metro quadrado (m²).

03.03.01.02 Tratamento de juntas de movimentação

A instalação ou reinstalação de junta de movimentação em fachada compreende o fornecimento de todos os materiais e mão de obra necessários à execução do serviço, inclusive, mas não somente, retirada de vestígios de junta existente, limpeza, selante, etc.

Os materiais são:

- 1) primer de preparação de fundo,
- 2) cordão cilíndrico (tira pré-formada de material flexível e compressível), que deve absorver as movimentações e propiciar estanqueidade, por exemplo: tarugo de polietileno,
- 3) fita crepe isoladora, autoadesiva e sensível à pressão (deve impedir a ligação adesiva do selante); e
- 4) selante de poliuretano.

Após a aplicação do primer deve-se aguardar o tempo mínimo estipulado pelo fabricante para que as juntas sejam preenchidas com limitador de profundidade (cordão cilíndrico) de espessura compatível com a junta, respeitando a relação largura-profundidade, permitindo compressão adequada (se no procedimento houver retirada do primer, proceder nova aplicação).

As juntas serão acabadas com selante de poliuretano.

Referência Comercial: não se aplica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

Esse serviço será realizado por trabalhador qualificado, que comprove conclusão de curso específico para sua atividade em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino, e com emprego de sistema de acessos por cordas e/ou cadeira suspensa. **Critério de medição:** medido após a execução. Nas fachadas principais, será correspondente a um módulo entre juntas de movimentação, não sendo objeto de medição módulos executados parcialmente. Os demais locais (platibandas) serão medidos apenas após a conclusão dos serviços. Unidade de medida: metro linear (m).

03.04 LIMPEZA DOS REVESTIMENTOS DAS FACHADAS

03.04.01 Limpeza dos revestimentos das fachadas

03.04.01.01 Limpeza da fachada por meio de hidrojateamento de média pressão

Todo funcionário deverá passar por treinamento antes de iniciar o serviço de limpeza e revitalização da fachada para que conheçam as normas de trabalho e as execuções adequadas. Os funcionários deverão receber treinamento de uso do balancim, andaimes, execução de cada serviço a ser executado e segurança em geral.

A limpeza, como primeiro passo do processo, tem o objetivo de limpar a superfície externa e remover impurezas que estejam camuflando eventuais patologias existentes na fachada.

Deverá ser delimitada uma área-teste com características semelhantes às predominantes na maioria da fachada para verificação da eficiência da metodologia adotada para a realização da lavagem e aferição da menor quantidade possível de produtos químicos necessários para a limpeza do restante da fachada.

Inicialmente a lavagem deverá ser realizada com jatos tipo leque aberto e apenas água, por meio de hidrojateamento de média pressão. Caso a limpeza com o jato de água não seja satisfatória, deverá ser adicionado detergente neutro para uma lavagem mais pesada e efetiva da superfície.

Conjuntamente ao hidrojateamento, caso haja necessidade, será aplicado, por aspersão, detergente neutro, diluído, que agirá por período de 3 a 5 minutos sobre a área pré-determinada da superfície.

Imediatamente após o período de ação do detergente, a Contratada deverá proceder à limpeza das superfícies, por hidrojateamento com água pura, a média pressão, de forma a retirar algas, fungos, poeira e fuligem.

A pressão da limpeza será controlada, em todos os momentos e áreas de execução. Os serviços serão iniciados com pressão de 1000 psi, que só será aumentada caso se mostre insuficiente para efetuar a limpeza. Não será ultrapassada a pressão de 2000 psi, exceto por orientação expressa da Fiscalização.

Não se deve utilizar máquinas de alta pressão de água, vassouras de piaçava, vassouras com cerdas duras, nem equipamentos pontiagudos ou metálicos, pois materiais com essas características podem danificar o sistema de revestimento em mármore. Não deverá ser utilizado jato concentrado, exceto por orientação expressa da Fiscalização.

O serviço compreende o fornecimento de todos os materiais e mão de obra necessários à execução.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

Será utilizado equipamento profissional que alcance pressão de 2000 psi e tenha controle do tipo de jato (aberto, concentrado, etc.), sujeito a prévia aprovação da Fiscalização.

Referência Comercial: Lavadora Karcher HD 6/15 C ou Lavadora Wap 4100.

Esse serviço será realizado por trabalhador qualificado, que comprove conclusão de curso específico para sua atividade em instituição reconhecida pelo sistema oficial de ensino, e com emprego de sistema de acessos por cordas e/ou cadeira suspensa.

Critério de medição: medido após a execução do hidrojateamento. Nas fachadas principais, a área mínima de medição será correspondente a um módulo entre juntas de movimentação, não sendo objeto de medição módulos executados parcialmente. Os demais locais (platibandas) serão medidos apenas após a conclusão dos serviços. Unidade de medida: metro quadrado (m²).

03.05 ACESSÓRIOS

03.05.01 Instalação de pingadeira

03.05.01.01 Instalação de pingadeira metálica (perfil cantoneira pintada)

Os trechos onde serão instaladas as pingadeiras deverão estar uniformes, firmes, limpos, secos, sem poeira nem partículas soltas.

Para tanto, esses trechos serão inicialmente raspados ou escovados.

Apenas após a total secagem da massa, a totalidade dos trechos será lixada com lixa para massa, grão 100, de forma a eliminar qualquer brilho e uniformizar a superfície.

Adicionalmente, deverão ser observadas as instruções de preparação de superfície determinadas pelo fabricante do adesivo selante (item F.52).

Como pingadeira, será instalado perfil cantoneira ("L"), em alumínio, com abas iguais de 1", espessura de 1/8" e com pintura na cor branco neve. A pintura será do tipo eletrostática, a pó (poliéster ou epóxi-poliéster), segundo procedimento padronizado que inclui: pré-tratamento dos perfis; aplicação de tinta carregada eletrostaticamente sobre perfis aterrados; e aquecimento em estufa para polimerização da tinta.

O perfil será colado com linha contínua de adesivo selante de silicone ou poliuretano (cor branco ou transparente), em toda a sua extensão, de forma a evitar qualquer percolação ou vazamento.

Adicionalmente, o perfil será fixado por parafusos de aço galvanizado de 35 mm. Será instalado 1 parafuso de fixação localizado a 10 cm de cada extremidade de cada perfil. Longitudinalmente, ao longo do perfil, o espaçamento máximo entre dois parafusos será de 1 m.

Critério de medição: medido após a execução completa dos perfis metálicos. Unidade de medida: metro (m).

04 SERVIÇOS COMPLEMENTARES

04.01 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

04.01.01 Limpeza da obra

04.01.01.01 Limpeza permanente da obra e adjacências

Limpeza permanente e contínua de toda a área da obra, incluídas a área de construção, os acessos internos e o canteiro de serviços.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

Critério de medição: medido mensalmente, desde que a limpeza seja realizada de forma adequada. Unidade de medida: mês.

04.01.01.02 Limpeza final da edificação, incluindo áreas externas

Limpeza final de toda a área da obra, incluídas a área de construção, os acessos internos e externos e o canteiro de serviços.

Critério de medição: medido unicamente após a limpeza final completa do canteiro de obras. Unidade de medida: metro quadrado (m²).

04.01.02 Mobilização e Desmobilização da obra

04.01.02.01 Mobilização e Desmobilização final da obra e carga de materiais

Todas as despesas com mobilização e desmobilização deverão ser previstas na proposta da Contratada.

A desmobilização da obra deverá ser efetuada previamente ao recebimento provisório.

Critério de medição: medido após a desmobilização final completa da obra. Unidade de medida: unidade (un.).

04.02 PROJETOS

04.02.01 Correções

04.02.01.01 Projeto como construído ("As Built") - todas as especialidades.

Após a realização dos serviços, se necessário, deverão ser elaborados projetos que retratem a situação de como construído ("As Built").

Os projetos deverão ser apresentados à Fiscalização. As apresentações deverão conter os projetos com as intervenções das ancoragens, argamassas e juntas de movimentação e dos rejantes.

Também deverão ser apresentados os projetos com os mapeamentos e as locações das intervenções realizadas.

Os projetos deverão conter informações com a lista de serviços remanescentes e identificadas, mas não tratadas neste Contrato, como exemplo: fissuras superficiais.

O projeto de paginação *as built* e memorial das placas utilizadas na fachada deverão ser apresentados e classificados em:

- Placas reaproveitadas na mesma posição;
- Placas reaproveitadas em posição diferente da original;
- Placas novas com indicação da jazida de origem.

O profissional responsável pela elaboração do projeto deverá recolher ART, que deverá ser entregue juntamente com os projetos impressos e devidamente assinados.

Critério de medição: medido após a entrega e conferência de todos os projetos eletrônicos que necessitarem *as built*. Unidade de medida: unidade (un.).

05 ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

Toda a mão de obra, salvo o disposto em contrário neste Caderno de Encargos, será fornecida pela Contratada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

A equipe técnica administrativa da obra será composta por auxiliar de escritório, em 1/4 do tempo, engenheiro civil de obra pleno, em 1/8 do tempo e encarregado geral de obras, em 1/2 do tempo.

É obrigação da Contratada oferecer aos seus empregados, a suas expensas e sem possibilidade de ressarcimento, cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, de modo a disponibilizar, permanentemente, mão de obra especializada para a prestação dos serviços.

Atraso na execução do contrato em que a Contratante não tenha dado causa não ensejará aumento no quantitativo deste item.

Critério de medição: o Item 5 será pago mensalmente e proporcional ao percentual de serviços executados nos itens 1 a 4 deste anexo.

05.01 Equipe de gestão administrativa

05.01.1 Equipe de gestão administrativa da obra

05.01.1.1 Administração local

A equipe do canteiro de obra deverá ser composta minimamente por um (profissional) e um (profissional), ambos em tempo (verificar), com experiência prévia na função. Eventual necessidade de aumento de equipe deverá estar inclusa no preço unitário do item na proposta da Contratada.

05.02 Instalações Provisórias

05.02.01 Locação de Containers

05.02.01.01 Locação de container para Sanitários / Vestiário - 6,00 m x 2,40 m - (1 unidade)

O contêiner deverá ter dimensões mínimas de 6 x 2,40 metros, altura mínima de 2,50 metros. Deverá contar com instalações de sanitários, chuveiros e vestiário para uso dos colaboradores da Contratada.

As instalações do contêiner deverão atender às condições necessárias e dispostas nas Normas Regulamentadoras.

Eventual necessidade de aumento da quantidade e/ou área de contêiner deverá ser prevista no preço unitário do item na proposta da Contratada.

Atraso na execução do contrato em que a Contratante não tenha dado causa não ensejará aumento no quantitativo deste item.

O local de instalação será indicado pela Contratante

Critério de medição: o Item 5 será pago mensalmente e proporcional ao percentual de serviços executados nos itens 1 a 4 deste anexo.

05.02.01.02 Locação de container para Almoxarifado - 6 m x 2,40 m - (1 unidade)

O contêiner deverá ter dimensões mínimas de 6 x 2,40 metros, altura mínima de 2,50 metros. Deverá contar com instalações elétricas (tomadas e iluminação) do almoxarifado da Contratada.

As instalações do contêiner deverão atender às condições necessárias e dispostas nas Normas Regulamentadoras.

Eventual necessidade de aumento da quantidade e/ou área de contêiner deverá ser prevista no preço unitário do item na proposta da Contratada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

Atraso na execução do contrato em que a Contratante não tenha dado causa não ensejará aumento no quantitativo deste item.

O local de instalação será indicado pela Contratante.

Critério de medição: o Item 5 será pago mensalmente e proporcional ao percentual de serviços executados nos itens 1 a 4 deste anexo.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

ANEXO 2
MODELO DA PROPOSTA

(Anexo disponível também em documento WORD (.doc), para edição.)

CONCORRÊNCIA N. 90001/2026

OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para inspeção, manutenção e limpeza dos revestimentos pétreos e instalação de pontos de ancoragem definitivos na cobertura do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados.

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

À

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em atendimento ao Edital da Concorrência em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UN. | QUANT. | PREÇO UNITÁRIO R\$ | PREÇO TOTAL R\$ |
|--------------------------|--|-----|--------|--------------------------|-----------------------|
| ÚNICO | SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DOS REVESTIMENTOS PÉTREOS E INSTALAÇÕES DE PONTOS DE ANCORAGEM DEFINITIVOS NA COBERTURA DO EDIFÍCIO ANEXO I | SV | 1 | | |
| PREÇO TOTAL POR EXTENSO: | | | | | |

DETALHAMENTO DO ITEM ÚNICO

| Item | Descrição | Und | Quant. | Custo Unitário S/BDI | Preço Unitário C/BDI | Preço Total C/BDI | Peso (%) |
|------------|--|---------|--------|----------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
| 1 | SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS | | | | | | |
| 01.01 | PROJETOS | | | | | | |
| 01.01.01 | Inspeção da fachada | | | | | | |
| 01.01.01.1 | Análise Preliminar de Risco | Unidade | 1 | | | | |
| 01.01.01.2 | Projeto de instalação de balancim elétrico | Unidade | 1 | | | | |
| 01.02 | TESTES E INSPEÇÕES | | | | | | |
| 01.02.01 | Testes e inspeções da fachada | | | | | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

| Item | Descrição | Und | Quant. | Custo Unitário S/BDI | Preço Unitário C/BDI | Preço Total C/BDI | Peso (%) |
|-----------------|---|---------|---------|----------------------|----------------------|-------------------|----------|
| 01.02.01.1 | Ensaio à percussão das placas de mármore | m² | 2292 | | | | |
| 01.02.01.2 | Inspeção por imagens de alta resolução e termográficas | m² | 2292 | | | | |
| 01.02.01.3 | Ensaio de Arrancamento (aderência a tração) | Unidade | 98 | | | | |
| 01.03 | LAUDOS E PROJETO EXECUTIVO | | | | | | |
| 01.03.01 | Laudos técnicos e projeto executivo | | | | | | |
| 01.03.01.1 | Laudo técnico de inspeção predial e Projeto Executivo | Unidade | 1 | | | | |
| 2 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | |
| 02.01 | INSTALAÇÃO DE ANCORAGEM DEFINITIVA | | | | | | |
| 02.01.01 | Instalação de ancoragem definitiva | | | | | | |
| 02.01.01.1 | Projeto, instalação, teste e emissão de laudo de ancoragem definitiva na cobertura | UN | 98 | | | | |
| 02.02 | PROTEÇÃO E SINALIZAÇÃO | | | | | | |
| 02.02.01 | Proteção e sinalização da obra | | | | | | |
| 02.02.01.1 | Tapume em tela de polietileno para sinalização e segurança | m² | 112,75 | | | | |
| 02.02.01.2 | Tapumes, inclusive os portões e pintura no lado externo | m² | 34,06 | | | | |
| 02.02.01.3 | Assentamento e confecção de placa de obra em chapa de aço zincado, espessura # 22, conforme caderno de encargos | m² | 2 | | | | |
| 02.02.01.4 | Proteção de periferia com guarda corpo | m | 185,16 | | | | |
| 02.02.01.5 | Placas de sinalização, segurança e advertência | Unidade | 15 | | | | |
| 02.02.01.6 | Fornecimento e instalação de tela fachadeira | m² | 1974 | | | | |
| 02.03 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BALANCIM ELÉTRICO | | | | | | |
| 02.03.01 | Fornecimento e instalação de balancim elétrico para fachada | | | | | | |
| 02.03.01.1 | Fornecimento e instalação de balancim elétrico para fachada | Mês | 9 | | | | |
| 3 | TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO DO REVESTIMENTO PÉTREO DAS FACHADAS | | | | | | |
| 03.01 | REMOÇÃO | | | | | | |
| 03.01.01 | Remoção de rejuntas e juntas | | | | | | |
| 03.01.01.1 | Remoção de rejunte | M | 7566,74 | | | | |
| 03.01.01.2 | Remoção de juntas de movimentação | M | 1391,36 | | | | |
| 03.01.02 | Remoção dos revestimentos | | | | | | |
| 03.01.02.1 | Remoção dos revestimentos pétreos | m² | 137,5 | | | | |
| 03.01.02.2 | Remoção das camadas de revestimento do substrato (chapisco e reboco) | m³ | 8,25 | | | | |
| 03.02 | SUBSTITUIÇÃO E FIXAÇÃO DE REVESTIMENTO PÉTREO | | | | | | |
| 03.02.01 | Substituições | | | | | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

| Item | Descrição | Und | Quant. | Custo Unitário S/BDI | Preço Unitário C/BDI | Preço Total C/BDI | Peso (%) |
|-----------------|--|---------|---------|----------------------|----------------------|-------------------|----------|
| 03.02.01.1 | Recomposição das camadas de revestimento do substrato (chapisco e emboço) | m³ | 8,25 | | | | |
| 03.02.01.2 | Fornecimento de revestimento pétreo: mármore Branco Italva E=20mm sem polimento, em três padronagens distintas | m² | 165 | | | | |
| 03.02.01.3 | Assentamento de revestimento pétreo | m² | 137,5 | | | | |
| 03.02.02 | Fixações | | | | | | |
| 03.02.02.1 | Instalação de pinos para ancoragem das placas existentes, inclusive tratamento dos furos | Unidade | 165 | | | | |
| 03.03 | RECOMPOSIÇÃO DE REJUNTES E JUNTAS | | | | | | |
| 03.03.01 | Rejuntamento e tratamento | | | | | | |
| 03.03.01.1 | Rejuntamento do revestimento pétreo | m | 7566,74 | | | | |
| 03.03.01.2 | Tratamento de juntas de movimentação | M | 1391,36 | | | | |
| 03.04 | LIMPEZA DOS REVESTIMENTOS | | | | | | |
| 03.04.01 | Limpeza dos revestimentos das fachadas | | | | | | |
| 03.04.01.1 | Limpeza da fachada por meio de hidrojateamento de média pressão | m² | 4583,44 | | | | |
| 03.05 | ACESSÓRIOS | | | | | | |
| 03.05.01 | Instalação de pingadeira | | | | | | |
| 03.05.01.1 | Instalação de pingadeira metálica (perfil cantoneira pintada) | M | 111,21 | | | | |
| 4 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES | | | | | | |
| 04.01 | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO | | | | | | |
| 04.01.01 | Limpeza da Obra | | | | | | |
| 04.01.01.1 | Limpeza permanente da obra e adjacências | MÊS | 9 | | | | |
| 04.01.01.2 | Limpeza final da edificação, incluindo áreas externas | m² | 500 | | | | |
| 04.01.02 | Mobilização e Desmobilização da Obra | | | | | | |
| 04.01.02.1 | Mobilização e Desmobilização final da obra e cargas de materiais | Unidade | 1 | | | | |
| 04.02 | PROJETOS | | | | | | |
| 04.02.01 | Correções | | | | | | |
| 04.02.01.1 | Projeto como construído ("As Built") - todas as especialidades | Unidade | 1 | | | | |
| 5 | ADMINISTRAÇÃO DA OBRA | | | | | | |
| 05.01 | EQUIPE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA | | | | | | |
| 05.01.01 | Equipe de gestão administrativa da obra | | | | | | |
| 05.01.01.1 | Administração Local | MÊS | 9 | | | | |
| 05.02 | INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS | | | | | | |
| 05.02.01 | Locação de Containers | | | | | | |
| 05.02.01.1 | Locação de container para Sanitários / Vestiário - 6,00 m x 2,40 m - (1 unidade) | MÊS | 9 | | | | |
| 05.02.01.2 | Locação de container para Almoxarifado - 6,00 m x 2,40 m - (1 unidade) | MÊS | 9 | | | | |

Total sem BDI R\$



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

| Item | Descrição | Und | Quant. | Custo Unitário S/BDI | Preço Unitário C/BDI | Preço Total C/BDI | Peso (%) |
|--------------|-----------|-----|--------|----------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------|
| Total do BDI | | R\$ | | | | | |
| Total Geral | | R\$ | | | | | |

Observação: Caso a proposta da licitante adote composição de encargos sociais distinta daquela constante no anexo do orçamento estimado pela Administração, deverá apresentar o respectivo detalhamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

| | | | | PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI – COM/SEM DESONERAÇÃO | | | | | | |
|-----------------------------|---|---|--|--|------------|---|---------------------------|------------|---|----------------------|
| | | | | OBRA : Fixação de placas de mármore na Fachada do Anexo I | | | | | | |
| | | | | LOCAL: CÂMARA DOS DEPUTADOS | | | | | | |
| | | | | PROCESSO 296.574/2021 | | | | | | |
| | | | | OPÇÃO TRIBUTÁRIA: _____ | | | | | | |
| COMPONENTES DO BDI | PERCENTUAL | % | INCIDÊNCIA | IMPOSTOS | PERCENTUAL | % | OUTROS COMPONENTES DO BDI | PERCENTUAL | % | INCIDÊNCIA |
| ADM. CENTRAL | | % | SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO | PIS (1) | | % | SEGUROS | | % | SOBRE O CUSTO DIRETO |
| LUCRO | | % | SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO | COFINS (1) | | % | GARANTIAS | | % | SOBRE O CUSTO DIRETO |
| IMPOSTOS | | % | SOBRE O PREÇO DE VENDA DO EMPREENDIMENTO | ISS | | % | RISCOS | | % | SOBRE O CUSTO DIRETO |
| DESP. FINANCEIRAS | | % | SOBRE O CUSTO DIR 0 | CPRB | | 0 | | | | |
| SEGUROS, GARANTIAS E RISCOS | | % | SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO | | | | DIAS ÚTEIS (3) | | | |
| | | | | | | | TAXA SELIC | | % | |
| FÓRMULA | $BDI = \frac{(1 + AC + S + G + R) \times (1 + DF) \times (1 + L) - 1}{(1 - I)}$ | | | | | | | | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

$$\text{BDI} = \frac{(\text{ } + \text{ }) (\text{ }) (\text{ }) - 1}{(1 - \text{ } - \text{ } - \text{ } - \text{ } - \text{ })}$$

$$\text{BDI} = \frac{\text{ } - 1}{\text{ } }$$

$$\text{BDI} = \frac{\text{ } - 1}{\text{ } }$$

$$\text{TAXA DO BDI} = \text{ } \%$$

Onde:

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;

S = taxa representativa de Seguros;

$$\text{DF} = (1 + \frac{\text{TAXA SELIC}}{100})^{\text{DU} / 252}$$

R = taxa representativa de Riscos;

G = taxa representativa de Garantias;

Onde:

DF = taxa representativa das Despesas Financeiras; DU = DIAS ÚTEIS

$$\text{DF} = \text{ }$$

I = taxa representativa da incidência de Impostos;

TAXA SELIC = Definida na Reunião do COPOM
<http://www.bcb.gov.br?COPOMJUROS>

L = taxa representativa do Lucro.

OBSERVAÇÕES:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

O(s) preço(s) registrado(s) na forma expressa no sistema eletrônico e nesta proposta incluem todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para prestação dos serviços do objeto na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

Declaramos que os itens constantes desta proposta correspondem exatamente às especificações e às condições de execução dos serviços descritas no Edital, às quais aderimos formalmente.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Edital).

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Termo de Referência).

Declaramos que disponibilizaremos equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação.

Declaramos que seremos responsáveis pelo descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços contratados – incluindo consumíveis, peças substituídas, embalagens e demais materiais – em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Lei n. 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), a Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a NBR 10.004 (classificação de resíduos sólidos).

| DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO | |
|--|--|
| Nome do signatário | |
| Cargo | |
| Qualificação (naturalidade e domicílio) | |
| <i>OBS.: O signatário deve possuir poderes de administração estabelecidos em contrato social e/ou possuir procuração com poderes para assinar contratos em nome da empresa. A documentação comprobatória deverá ser encaminhada quando da assinatura do Contrato.</i> | |

MODALIDADE DE GARANTIA:

De acordo com o disposto no Termo de Referência anexo ao Edital, informamos que, caso o objeto nos seja adjudicado, optaremos pela seguinte modalidade de garantia de execução do contrato (artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021):



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

Brasília, de de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome do representante legal da empresa

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

ANEXO 3
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

| | | | |
|---|---------------------|----------------------|--|
| Processo n. | | Concorrência: | |
| Contrato n. | | | |
| OBJETO | | | |
| CONTRATANTE: | | | |
| Denominação/Nome por extenso: CÂMARA DOS DEPUTADOS | | | |
| CNPJ/MF: 00.530.352/0001-59 | | | |
| Endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N. EDIFÍCIO ANEXO I 13º ANDAR | | | |
| Cidade: BRASÍLIA | UF: DF | CEP: 70160-900 | |
| Nome do Responsável: | | | |
| Cargo/Função: | | | |
| CONTRATADA: | | | |
| Denominação/Nome por extenso: | | | |
| CNPJ/MF: | | | |
| Endereço: | | | |
| Cidade: | UF: | CEP: | |
| Nome do Representante Legal: | | | |
| Cargo: | | | |
| DADOS DO CONTRATO | | | |
| Data da Proposta: | Data de assinatura: | Data de vigência: | |
| Preço: | | Valor da Garantia: | |
| Nota(s) de Empenho: | | | |
| As partes, acima identificadas, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 14.133/2021, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI; no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 206/2021, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO; e com o Edital da licitação acima referenciada e seus Anexos, daqui por diante denominado EDITAL, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas. | | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de engenharia para inspeção, manutenção e limpeza dos revestimentos pétreos e instalação de pontos de ancoragem definitivos na cobertura do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, de acordo com as quantidades e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e com as demais exigências e condições expressas no referido instrumento e neste Contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, para todos os efeitos e independentemente de transcrição:

- a) O Edital da licitação;
- b) O Termo de Referência anexo ao Edital;
- c) A Ata da Sessão Pública;
- d) A Proposta da CONTRATADA;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O presente Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, conforme datas definidas na Folha de Rosto, na forma do artigo 105 da LEI.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento, observado o seguinte:

| ETAPAS | PRAZOS |
|-----------------------------|---------------------------------|
| Assinatura do Contrato | Início da vigência |
| Emissão da Ordem de serviço | Até 30 dias |
| Início da execução | Até 30 dias |
| Execução | Até 270 dias |
| Recebimento Provisório | Até 105 dias |
| Recebimento Definitivo (RD) | Até 90 dias |
| Vigência pós RD | 180 dias |
| TOTAL | Aproximadamente 24 meses |

3. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

3.2. Quando a não conclusão do objeto no prazo estipulado decorrer de culpa da CONTRATADA, poderá a CONTRATANTE optar pela extinção unilateral deste Contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

3.2.1. A decisão levará em consideração o novo prazo de entrega ou novo cronograma sugerido pela CONTRATADA.

3.2.2. Independentemente da extinção contratual, a CONTRATADA ficará constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas.

3.3. O presente Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da LEI, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.3.1. Nessa hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma LEI.

3.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará a extinção, se não restringir sua capacidade de conclusão do Contrato.

3.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

3.5. O presente Contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade da CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da LEI).

3.5.1. O Contrato poderá, ainda, ser extinto no caso de ocorrência das demais situações previstas no art. 14 da LEI.

4. DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e as condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência anexo ao EDITAL.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme o disposto no Termo de Referência anexo ao EDITAL.

6. DO PREÇO

6.1. No valor da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

6.2. O valor da contratação é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes estão definidos no Termo de Referência anexo ao EDITAL.

8. DO REAJUSTE

8.1. A cada período de 12 (doze) meses de vigência deste Contrato, poderá ser admitido, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, reajuste de preços, utilizando-se o INCC-M (Índice Nacional da Construção Civil), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

8.2. Para a definição do percentual de reajuste, será observada a variação acumulada do índice no interregno de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado.

8.3. O reajuste será precedido de solicitação da CONTRATADA, observado o seguinte:

- a) O pedido deverá indicar o percentual de reajuste pleiteado, detalhando o período de variação acumulada do índice, limitado a 12 (doze) meses;
- b) O pedido deverá ser apresentado à Coordenação de Contratos da CONTRATANTE, por meio do e-mail contratos@camara.leg.br;
- c) A CONTRATADA deverá solicitar o reajuste dos preços deste Contrato em até 6 (seis) meses contados da anualidade prevista no item 8.1 deste Título ou até a data da assinatura do termo aditivo da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão do direito de reajustar;
- d) Caso o Contrato não seja prorrogado, o direito ao reajuste precluirá na data do encerramento do Contrato vigente.

8.4. Os efeitos financeiros retroagirão à data em que a CONTRATADA adquirir o direito ao reajuste, nos termos do item 8.1 deste Título.

8.5. Ao ser questionada sobre o interesse em prorrogar o Contrato, a CONTRATADA já deverá se manifestar a respeito de eventual reajuste de preços, o que será levado em consideração para a decisão da CONTRATANTE quanto à prorrogação.

8.5.1. Manifestada a intenção em reajustar os preços para o período da próxima vigência contratual:

- a) Caso o índice previsto em Contrato esteja disponível, a CONTRATADA deverá apresentar os preços reajustados em sua resposta sobre a prorrogação;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- b) Caso o índice não esteja disponível, o direito ficará resguardado, devendo a CONTRATADA posteriormente solicitar o reajuste quando da sua divulgação, observado o disposto no item 8.3 deste Título.

8.6. O reajuste poderá ser formalizado por apostilamento.

8.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. A solicitação de reajuste será respondida pela CONTRATANTE, preferencialmente, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do pedido junto à Coordenação de Contratos, acompanhado de toda a documentação e de todas as informações necessárias.

8.8.1. O prazo estabelecido neste item 8.8 não se aplica aos casos em que o pedido de reajuste tramitar em conjunto com a prorrogação da contratação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente Contrato;
- b) Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- f) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia da Câmara dos Deputados para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- h) Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

- i. Concluída a instrução do requerimento, a CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, não decorrentes de reajustamento em sentido estrito, preferencialmente no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contado da data do protocolo do pedido completo junto à Coordenação de Contratos, com os respectivos documentos comprobatórios, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- j) Notificar, quando for o caso, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- k) Informar, nos termos do Parecer Técnico n. 41/2023/COTECIPAN-DF/IPHAN-DF, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) quando da assinatura do contrato e início da execução das obras.

9.1.1. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da LEI) e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados;
- b) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução, por exigência da Unidade Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- d) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, apresentar à CONTRATANTE, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 3) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto deste Contrato;
- f) Comunicar, verbal e imediatamente, ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual, reduzir a escrito a comunicação verbal **em até 2 (dois) dias úteis após o ocorrido**, acrescentando todos os dados e todas as circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregar o termo ao Fiscal do contrato;
- g) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- h) Manter, durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- i) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- k) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;
- l) Observar leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Contrato, inclusive por suas Subcontratadas e seus fornecedores, devendo atender, ainda, às:
 - i. Normas da ABNT e do INMETRO;
 - ii. Normas de concessionárias de serviços públicos e de atendimento a questões ambientais;
 - iii. Instruções e resoluções dos órgãos dos Sistemas CREA/CONFEA e CAU;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- m) Realizar o levantamento *in loco* das instalações existentes e comunicar à Fiscalização para eventual desligamento, remoção, guarda e substituição de elementos de instalações prediais aplicadas que possam dificultar ou impor riscos à execução dos serviços;
- n) No tocante à Segurança do Trabalho, a CONTRATADA deverá atender aos ditames das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo das demais obrigações legais, devendo, ainda, observar os seguintes requisitos:
- i. submeter à aprovação da Fiscalização, antes do início das atividades nas instalações da CONTRATANTE, Análise Preliminar de Riscos, com identificação das atividades a serem executadas e os riscos envolvidos, assim como as medidas de controle a serem adotadas;
 - ii. fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos e necessários para as atividades que serão desenvolvidas, bem como fiscalizar o uso durante as atividades;
 - iii. executar todos os treinamentos previstos em Normas Regulamentadoras aplicáveis a sua atividade na execução do objeto do contrato;
 - iv. paralisar a execução do serviço, sempre que ficar caracterizada uma situação de grave e iminente risco à vida;
 - v. comunicar os acidentes do trabalho (com ou sem afastamento), ocorridos, à Previdência Social por meio da emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), nos termos do artigo 22 da Lei n. 8.213/91, entregando uma cópia desta CAT à fiscalização da CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da ocorrência do acidente;
 - vi. adotar, durante o desenvolvimento das atividades, todas as medidas de controle cabíveis para evitar a ocorrência de acidentes com os seus trabalhadores, bem como de terceiros não envolvidos diretamente na atividade;
 - vii. garantir a presença do responsável técnico pelos serviços em todas as reuniões com a Fiscalização na Câmara dos Deputados, podendo, a critério desta, participar por meio de videoconferência.

10.2. Além do estatuído no EDITAL e neste Contrato, a CONTRATADA cumprirá as instruções complementares da Unidade Responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nos locais de execução dos serviços.

10.3. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

10.4. Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

10.5. A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

10.6. A CONTRATADA deverá atender às disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.

10.7. Caberá à CONTRATADA providenciar, junto ao CREA/DF, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) relativa aos serviços objeto deste Contrato, de acordo com a legislação vigente, **antes do início dos serviços.**

10.8. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n. 13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato.

10.9. A CONTRATADA deverá conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.10. A CONTRATADA deverá submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.11. A CONTRATADA não deverá permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.12. A CONTRATADA não deverá contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor deste Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da LEI.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratação conta com garantia de execução, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual deste Contrato.

11.2. A CONTRATADA poderá optar por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- b) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- c) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;
- d) seguro-garantia.

11.2.1. No caso de opção pelo **seguro-garantia**, deverá ser apresentado, no prazo de 1 (um) mês da data da homologação.

11.2.1.1. No caso de prorrogação, mantendo-se a opção pela modalidade de seguro-garantia, o prazo para apresentação da garantia será o mesmo do subitem 11.2.2 deste Título.

11.2.2. A garantia, nas modalidades **caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização**, deverá ser apresentada em até 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data de entrega da via contratual.

11.2.2.1. Poderão ser consideradas como a data da entrega:

- a) em caso de contrato assinado fisicamente: a data informada no documento de rastreamento de entrega de correspondências obtido no sítio eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ou a data da retirada do instrumento *in loco*;
- b) em caso de contrato assinado eletronicamente: a data do envio, por e-mail, do instrumento assinado por ambas as partes.

11.3. A assinatura deste Contrato não importa em aprovação da garantia apresentada, podendo a CONTRATANTE exigir a retificação ou a substituição nos prazos previstos no Termo de Referência anexo ao EDITAL.

11.4. Apresentada a garantia contratual e existindo qualquer pendência que impeça o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA será comunicada para regularizá-la ou substituí-la, sendo-lhe assinalado o prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da notificação, que poderá ser realizada por e-mail.

11.4.1. Recebida a garantia para reexame e remanescendo a necessidade de ajuste, a CONTRATADA será novamente comunicada, sendo-lhe assinalado o prazo cabal de 5 (cinco) dias úteis para sanear a(s) pendência(s), contado da data da notificação.

11.4.2. Ultimadas as medidas constantes deste item sem que a garantia esteja em plenas condições de ser aceita definitivamente, serão tomadas as providências para a aplicação de sanções à CONTRATADA, de acordo com as regras previstas no EDITAL e neste Contrato.

11.5. O atraso na prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o exigido no EDITAL e neste Contrato, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor estipulado para a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

garantia, por dia de atraso, limitada ao prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sem prejuízo do disposto no item 11.6 deste Título.

11.6. Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento.

11.7. A falta de prestação de garantia válida, após esgotados os prazos previstos no item 11.4 deste Título, poderá ensejar a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União e no descredenciamento do Sicaf, pelo prazo máximo de 3 (três) anos e a extinção unilateral deste Contrato por inexecução da obrigação.

11.8. A garantia, ou os documentos que a representam, deverá ser apresentada na Coordenação de Contratos da CONTRATANTE, localizada no Edifício Anexo I, 13º andar, sala 1308 ou pelo e-mail contratos@camara.leg.br.

11.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto deste Contrato;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato;
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

11.10. Não serão aceitas minutas de garantias.

11.11. Caso utilizada a modalidade de **seguro-garantia**, a apólice deverá ter validade durante a vigência deste Contrato, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.11.1. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.11.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem seguinte.

11.11.3. Na hipótese de suspensão deste Contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

11.11.4. O seguro-garantia deve ser emitido por seguradora em situação regular na Superintendência de Seguros Privados e estar em conformidade com a Circular SUSEP n. 662/2022, ou norma que vier a substituí-la.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

11.11.5. No instrumento do seguro-garantia a CONTRATANTE deverá constar como beneficiária do seguro.

11.11.6. É vedada a inclusão de cláusulas particulares no seguro-garantia, salvo permissão expressa da CONTRATANTE, que poderá ocorrer em momento posterior ao efetivo recolhimento da garantia, mediante consulta da CONTRATADA.

11.11.7. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662/2022.

11.12. A garantia na modalidade **caução em dinheiro** deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.12.1. A garantia prestada na modalidade caução em dinheiro, após 5 (cinco) anos do término de sua vigência, será transferida para o Fundo Rotativo da CONTRATANTE, após notificação prévia da CONTRATADA, mediante edital publicado no Diário Oficial da União.

11.13. Caso a opção seja por utilizar **títulos da dívida pública**, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.14. No caso de garantia na modalidade de **fiança bancária**, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar do documento renúncia expressa aos benefícios da ordem previstos no artigo 827 da Lei n. 10.406/2002 (Código Civil).

11.15. No caso de garantia na modalidade de **título de capitalização**, esse deverá ser custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

11.16. No caso de alteração do valor do presente Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo estabelecido no subitem 11.2.2 deste Título, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação.

11.18. No caso de extinção deste Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no EDITAL e neste Contrato.

11.19. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da LEI).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

11.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas deste Contrato.

11.21. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução deste Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.23. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.24. Não serão admitidas garantias contendo cláusula que fixe prazos prescricionais distintos daqueles previstos na lei civil.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa, respeitando os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e da indisponibilidade e supremacia do interesse público, conforme o disposto na LEI e no REGULAMENTO.

12.2. Serão consideradas infrações administrativas, nos termos da LEI e do REGULAMENTO:

- a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos seus serviços ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total deste Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

12.3. Serão aplicadas à CONTRATADA quando incorrer nas infrações descritas no item anterior as seguintes sanções:

- a) advertência;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- b) multa:
 - i. moratória;
 - ii. compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, direta e indireta, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3.1. Na aplicação das sanções serão considerados, conforme REGULAMENTO:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE, para o funcionamento dos seus serviços ou para o interesse coletivo;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3.2. No processamento das sanções, primeiro serão consideradas as circunstâncias atenuantes seguidas das agravantes.

12.3.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

12.3.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

12.4. Advertência

12.4.1. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme REGULAMENTO:

- a) inexecução parcial de obrigação, desde que não tenha havido dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos seus serviços ou ao interesse coletivo, que justifique a aplicação de sanção mais gravosa;
- b) descumprimento de pequena relevância, assim considerados aqueles que não impactam objetivamente na execução deste Contrato e não causem prejuízos à CONTRATANTE.

12.5. Multas de Mora e Compensatória

12.5.1. O atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE **para dar início à execução** dos serviços sujeitará a CONTRATADA às seguintes multas, calculadas sobre o valor total deste Contrato:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

| DIAS DE ATRASO | ÍNDICE DE MULTA | DIAS DE ATRASO | ÍNDICE DE MULTA | DIAS DE ATRASO | ÍNDICE DE MULTA |
|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| 1 | 0,1% | 15 | 2,0% | 29 | 5,7% |
| 2 | 0,2% | 16 | 2,2% | 30 | 6,0% |
| 3 | 0,3% | 17 | 2,4% | 31 | 6,4% |
| 4 | 0,4% | 18 | 2,6% | 32 | 6,8% |
| 5 | 0,5% | 19 | 2,8% | 33 | 7,2% |
| 6 | 0,6% | 20 | 3,0% | 34 | 7,6% |
| 7 | 0,7% | 21 | 3,3% | 35 | 8,0% |
| 8 | 0,8% | 22 | 3,6% | 36 | 8,4% |
| 9 | 0,9% | 23 | 3,9% | 37 | 8,8% |
| 10 | 1,0% | 24 | 4,2% | 38 | 9,2% |
| 11 | 1,2% | 25 | 4,5% | 39 | 9,6% |
| 12 | 1,4% | 26 | 4,8% | 40 | 10,0% |
| 13 | 1,6% | 27 | 5,1% | | |
| 14 | 1,8% | 28 | 5,4% | | |

12.5.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral deste Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no presente instrumento.

12.5.3. Apuração do atraso na execução dos serviços

12.5.3.1. Para a verificação de possíveis atrasos na execução, o cronograma de execução será dividido em conjuntos de etapas (CEs) do cronograma físico-financeiro vigente, que são compostas por 2 (dois) meses cada, conforme especificado a seguir: CE1, de 1 a 2; CE2, de 3 a 4; CE3, de 5 a 6; CE4, de 7 a 8; CE5, referente a etapa 9.

a) Uma etapa equivale a um mês do cronograma físico-financeiro vigente.

Ao final de cada CE_i, $i = 1$ a 4, serão calculados os seguintes valores:

- b) VTP_i: valor total acumulado previsto desde o início dos serviços, conforme o cronograma físico-financeiro vigente;
- c) VTE_i: valor total acumulado executado desde o início dos serviços, que corresponde à soma de todos os valores medidos nesse período;
- d) VTA_i: valor total acumulado em atraso desde o início dos serviços, que corresponde a $(VTP_i - VTE_i)$;
- e) VP_i: valor previsto para o CE_i, conforme o cronograma físico-financeiro vigente;
- f) VE_i: valor executado no CE_i, que corresponde à soma de todos os valores medidos nesse período;
- g) VA_i: valor em atraso no CE_i, que corresponde a $(VP_i - VE_i)$.

12.5.3.2. Ao final de cada CE_i, se $VTA_i > 0$, a CONTRATADA estará sujeita à multa, cujo índice a ser aplicado está estabelecido na tabela abaixo:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

| PERCENTUAL FINANCEIRO DE ATRASSO (<i>PFA</i>) | ÍNDICE DE MULTA |
|---|-----------------|
| $0 < PFA \leq 10\%$ | 1,0% |
| $10\% < PFA \leq 20\%$ | 1,5% |
| $20\% < PFA \leq 30\%$ | 2,0% |
| $30\% < PFA \leq 40\%$ | 2,5% |
| $40\% < PFA \leq 50\%$ | 3,0% |
| $50\% < PFA \leq 60\%$ | 4,0% |
| $60\% < PFA \leq 70\%$ | 5,0% |
| $70\% < PFA \leq 80\%$ | 6,0% |
| $80\% < PFA \leq 90\%$ | 8,0% |
| $90\% < PFA \leq 100\%$ | 10,0% |

12.5.3.3. Para efeito de cálculo de multas por atrasos na execução, considerar-se-á que, para $j = i + 1$, $i = 1$ a 3 e $j = 2$ a 4, todo o valor executado VE_j será considerado como atenuador do valor acumulado VTA_i , caso $VTA_i > 0$.

12.5.3.4. Na tabela constante deste subitem, o Percentual Financeiro de Atraso (*PFA*) é obtido por meio das seguintes fórmulas, em que $j = i + 1$, $i = 1$ a 3 e $j = 2$ a 4:

a) No caso do CE1:

$$PFA = \frac{VA_1}{VP_1} \cdot 100$$

b) Para os demais CEs:

b.1) caso $VE_j \geq VTA_i$:

$$PFA = \frac{VTA_j}{VTP_j} \cdot 100$$

b.2) caso $VE_j < VTA_i$:

b.2.1) caso $VE_j > VP_j$: $PFA = 50\%$;

b.2.2) caso $VE_j \leq VP_j$: $PFA = 100\%$.

12.5.3.5. O índice de multa estabelecido na tabela constante deste subitem será aplicado às seguintes bases de cálculo:

a) No caso da alínea “a” do subitem 12.5.3.4: VA_1 ;

b) No caso da subalínea “b.1” do subitem 12.5.3.4: VTA_j ;

c) No caso da subalínea “b.2” (e subalíneas “b.2.1” e “b.2.2”) VP_j .

12.5.3.6. A multa de que trata este item poderá ser aplicada a partir do primeiro dia útil após o término do prazo para a conclusão do CE_i , $i = 1$ a 4.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

12.5.3.7. Ao final do prazo de execução, ou seja, do último Conjunto de Etapas, CEi=5, caso a CONTRATADA não tenha concluído os serviços objeto do contrato, ela estará sujeita à multa de 0,1% do valor remanescente do contrato por dia de atraso na conclusão do objeto contratado, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, descontadas todas as multas já aplicadas, quando poderá ocorrer a rescisão contratual.

12.5.3.8. Eventuais alterações no contrato que ampliem o prazo de execução poderão ensejar o aumento do número de Conjunto de Etapas, sempre mantendo o prazo de 2 (dois) meses para cada Conjunto de Etapas, exceto para o caso do último conjunto, que pode ter prazo menor que 2 (dois) meses. Desse modo, os CEs criados em função de aumento no prazo de execução durante o andamento do Contrato, se submeterão às análises de atraso de acordo com os itens e subitens deste título.

12.5.3.9. A CONTRATADA será também considerada em atraso se executar os serviços em desacordo com as especificações e não os refizer dentro do período remanescente do prazo de execução fixado.

12.5.4. Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, não podendo, cada uma delas, ser inferior a 0,5% ou superior a 30% do valor anual deste Contrato, ou do valor total, se por escopo, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, dolo ou culpa e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:

| Grau de infração | Correspondência |
|------------------|--|
| Leve | Advertência (na primeira infração) Multa de 0,5 % do valor do contrato. |
| Média | Multa de 0,7% do valor do contrato. |
| Grave | Multa de 1,0% do valor do contrato. |
| Muito grave | Multa de 1,5% do valor do contrato. |

| Item | Descrição | Grau | Incidência |
|------|---|------|------------------------------------|
| 1 | Deixar de apresentar as ART's ou RRT's referentes aos serviços conforme previsto neste contrato, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO | Leve | Por ocorrência e por dia de atraso |



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

| Item | Descrição | Grau | Incidência |
|------|--|-------|---------------------------|
| 2 | Deixar de designar ou substituir preposto (a) por escrito, indicando número de telefone e endereço de e-mail para contato direto conforme previsto neste contrato, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO | Leve | Por dia de atraso |
| 3 | Atrasar, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO, a entrega de documentos e projetos cuja elaboração seja de sua responsabilidade e da respectiva ART, conforme previsto neste contrato, no edital e em seus anexos | Leve | Por dia de atraso |
| 4 | Deixar de criar e manter um endereço eletrônico (e-mail) específico para recebimento e envio de comunicações oficiais no prazo estabelecido neste contrato, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO | Leve | Por dia |
| 5 | Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada e as condições que ensejaram a contratação, durante toda a vigência deste contrato | Leve | Por ocorrência e por item |
| 6 | Incluir em relatório ou fatura/nota fiscal informação ou valor indevido, de modo a cobrar valor superior ao devido, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal dos (as) responsáveis | Grave | Por ocorrência |
| 7 | Apresentar documento, declaração ou informação falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal dos responsáveis | Grave | Por ocorrência |
| 8 | Deixar de indicar e manter durante a execução deste contrato Responsáveis Técnicos (as) pelos serviços, conforme previsto no contrato | Leve | Por dia |
| 9 | Deixar de substituir empregado (a) que não apresente capacidade compatível com a função ou sem qualificação para a execução dos serviços, ou com conduta incompatível com suas atribuições e ambiente de trabalho | Leve | Por ocorrência e por dia |
| 10 | Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente | Leve | Por empregado e por dia |
| 11 | Deixar de apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de serviço dos empregados, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO | Leve | Por ocorrência |
| 12 | Retirar da obra material oriundo de demolição ou remoção sem a devida autorização prévia da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência | Leve | Por ocorrência |



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

| Item | Descrição | Grau | Incidência |
|------|---|-------------|--------------------------------|
| 13 | Veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, sem autorização expressa da CONTRATANTE | Leve | Por ocorrência |
| 14 | Deixar de fornecer prontamente à sua equipe de profissionais ferramentas elétricas, mecânicas ou computacionais necessárias à execução dos serviços | Média | Por ocorrência |
| 15 | Deixar de comunicar a FISCALIZAÇÃO e registrar no diário de obras as ocorrências anormais verificadas na execução do serviço | Média | Por ocorrência |
| 16 | Utilizar as dependências do canteiro de obras para fins diversos do objeto do contrato | Grave | Por ocorrência |
| 17 | Utilizar os recursos previstos no contrato para fins diversos do objeto | Grave | Por ocorrência |
| 18 | Deixar de cumprir determinações formais da FISCALIZAÇÃO, inclusive para o fornecimento, atualização tempestivos de dados e informações, a execução de serviços entre outros, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO | Grave | Por ocorrência |
| 19 | Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias | Grave | Por ocorrência e por empregado |
| 20 | Interromper a realização do serviço, sem justificativa, por mais de 7 (sete) dias consecutivos, por dia de interrupção | Grave | Por dia de interrupção |
| 21 | Deixar de indenizar a CONTRATANTE ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato | Grave | Por ocorrência |
| 22 | Subcontratar, terceirizar ou repassar serviço a terceiros, sem a devida autorização prévia da Fiscalização, por ocorrência | Grave | Por ocorrência |
| 23 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário (a) da CONTRATADA, da CONTRATANTE ou terceiros | Muito Grave | Por ocorrência |
| 24 | Deixar de comunicar, com antecedência mínima estabelecida no edital, que pretende realizar concretagem na obra | Leve | Por ocorrência |
| 25 | Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletivo (EPC), quando necessários, ou sem seguir os procedimentos de segurança apropriados | Média | Por ocorrência |



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

| Item | Descrição | Grau | Incidência |
|------|--|-------|--------------------------|
| 26 | Empregar em serviço executado materiais em desacordo com as especificações deste contrato, normas técnicas ou com o padrão de acabamento e qualidade previstos pelo fabricante do material aplicado | Média | Por ocorrência |
| 27 | Aplicar em obra materiais sem aprovação prévia da Fiscalização, salvo na hipótese de marca e modelo de referência, por ocorrência. | Média | Por ocorrência |
| 28 | Deixar de refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO por descumprimento do disposto neste contrato, normas técnicas ou em desacordo com o bom padrão de acabamento e qualidade, no prazo estabelecido em contrato, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO. | Média | Por ocorrência e por dia |
| 29 | Deixar de substituir material não aceito pela FISCALIZAÇÃO por descumprimento do disposto neste contrato, normas técnicas ou em desacordo com o padrão de acabamento e qualidade previstos pelo fabricante do material aplicado, no prazo estabelecido em contrato, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO | Média | Por ocorrência e por dia |
| 30 | Reutilizar material sem anuência da FISCALIZAÇÃO. | Média | Por ocorrência |
| 31 | Realizar concretagens na obra sem a expressa autorização da FISCALIZAÇÃO ou utilizar, na obra, concreto ou metodologia de concretagem diferente das especificações, por ocorrência | Grave | Por ocorrência |

12.5.5. A reincidência de infrações do mesmo grau, previstas nas tabelas do subitem anterior, fará incidir o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa aplicada.

12.5.6. A sanção de multa compensatória poderá ser reduzida ou aumentada, em conformidade com o disposto no REGULAMENTO.

12.5.7. Na hipótese de inexecução total do Contrato e/ou abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor remanescente deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

12.5.7.1. Considerar-se-á inexecução total deste Contrato a recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada.

12.6. A penalidade de **impedimento de licitar e contratar com a União** será proposta pela prática das seguintes infrações:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento de seus serviços ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total deste Contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

12.6.1. A sanção base será de 6 (seis) meses, sendo acrescidos 6 (seis) meses por agravante constatada, limitado ao máximo de 3 (três) anos.

12.6.2. A penalidade será reduzida em 1/3 (um terço) por atenuante constatada.

12.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional, será aplicada pela prática das seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução deste Contrato;
- b) praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013;
- f) nas condutas previstas no item anterior, quando se justificar a imposição da penalidade mais gravosa.

12.8. As circunstâncias consideradas atenuantes e agravantes, bem como as hipóteses de reabilitação e da desconsideração da personalidade jurídica estão dispostas no REGULAMENTO.

12.9. O valor da multa aplicada ou das indenizações cabíveis será, nesta ordem:

- a) descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes do presente Contrato ou de contratos diversos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- b) recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU);
- c) descontado de eventual garantia prestada, sem prejuízo da cobrança do valor remanescente.

12.9.1. Inexistindo pagamentos devidos pela CONTRATANTE, a CONTRATADA será notificada para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de GRU.

12.9.2. Esgotado o prazo de pagamento da GRU, havendo garantia prestada na forma do Título 11 deste Contrato, será a seguradora ou a fiadora notificada para proceder ao pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública ou títulos de capitalização.

12.9.3. A compensação total ou parcial dos débitos de que trata este item 12.9, com os créditos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de contratos diversos, poderá ser formalizada de ofício pela CONTRATANTE ou mediante requerimento do interessado, acompanhado da relação de contratos vigentes que serão objeto de compensação.

12.10. Os atos previstos como infrações na LEI, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida LEI.

12.11. As sanções aplicadas serão registradas pela CONTRATANTE, para fins de publicidade:

- a) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) nos cadastros instituídos no âmbito do Poder Executivo;
- c) no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos casos das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade.

12.11.1. O prazo para registro das penalidades será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção.

12.12. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório da CONTRATADA, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.12.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Administração Legislativa
- Natureza da Despesa:
 - 3.0.00.00 – Despesas Correntes
 - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
 - 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
 - 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na LEI, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da LEI.

15.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para acréscimos, e de 25% (vinte e cinco por cento), para supressões, do valor inicial atualizado deste Contrato.

15.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

15.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da LEI.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como disponibilizá-lo na seção de transparência no sítio oficial da Câmara dos Deputados, nos termos da LEI.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei n. 13.709/2018, regulamentada na Câmara dos Deputados pelo Ato da Mesa n. 152/2020, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e aos padrões aplicáveis em seu segmento, vinculadas às disposições anexas ao EDITAL.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

Brasília, de de 2026.

Pela CONTRATANTE:
Mauro Limeira Mena Barreto
Diretor Administrativo

Pela CONTRATADA:
(nome)
(cargo)

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

ANEXO 4
MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO
ORDEM DE SERVIÇO

À _____

(identificação da Contratada)

A/C do(a) Senhor(a): _____

1. Solicitamos a prestação dos serviços a seguir descritos:

| Item | Descrição | Quant. | Un. | Local |
|------|-----------|--------|-----|-------|
| | | | | |

2. Prazo para início da execução dos serviços: 30 (trinta) dias, contados da data da confirmação do recebimento desta Ordem de Serviço.

3. Prazo de execução dos serviços: ____ () dias.

4. A presente Ordem de Serviço é feita com observância das cláusulas e condições constantes do Edital da Concorrência n. 90001/2026, do Contrato n. ____/____ e da proposta da Contratada, datada de ____/____/____.

5. As despesas decorrentes desta Ordem de Serviço correm por conta da Nota de Empenho n. ____/____.

Ordem de Serviço encaminhada em:

____/____/____

às ____ h

Pela Câmara dos Deputados

Nome do Servidor: _____

Ponto do Servidor: _____

Departamento: _____

Ordem de Serviço recebida em:

____/____/____

às ____ h

Pela Contratada

Nome: _____

OBSERVAÇÕES A CARGO DA COENGE

Identificação do responsável pelas observações

Informações adicionais sobre esta Ordem de Fornecimento: telefone **(a ser preenchido no momento da emissão da OF)**

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade

Agente de Contratação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

ANEXO 5 - A
MODELO DE TERMO DE VISTORIA

TERMO DE VISTORIA

Declaramos _____ que _____ o(a) _____ Sr(a) _____, representante da empresa _____, CNPJ _____, onde ocupa o cargo de _____, vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento integral das condições de execução desses, assim como de todos os detalhes técnicos dos projetos, referentes à Concorrência n. 90001/2026, cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia para inspeção, manutenção e limpeza dos revestimentos pétreos e instalação de pontos de ancoragem definitivos na cobertura do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, para fins de participação no referido processo licitatório.

(PARA USO DA COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL)

Brasília, DF, ____ de _____ de 20__.

Nome e ponto do servidor

Nome e ponto do servidor

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

ANEXO 5 - B
MODELO DE ATESTE

Eu, _____, representante legal da empresa _____, CNPJ: _____, atesto que conheço o local e as condições de realização do serviço referente à Concorrência n. 90001/2026, cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia para inspeção, manutenção e limpeza dos revestimentos pétreos e instalação de pontos de ancoragem definitivos na cobertura do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, para fins de participação no referido processo licitatório.

Brasília, DF, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante legal da empresa

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

ANEXO 5 – C
MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____, responsável técnico da empresa _____, CNPJ _____, declaro que conheço plenamente as condições e peculiaridades da contratação referente à Concorrência n. 90001/2026, cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia para inspeção, manutenção e limpeza dos revestimentos pétreos e instalação de pontos de ancoragem definitivos na cobertura do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, para fins de participação no referido processo licitatório.

Brasília, DF, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do responsável técnico da empresa

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

ANEXO 6
ORÇAMENTO ESTIMADO

Integra o Edital o arquivo em Excel que constitui este Anexo, disponível nos sítios eletrônicos: www.gov.br/pncp/pt-br e <http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>

| ITEM | DESCRIÇÃO | UN. | QUANT | PREÇO UNITÁRIO R\$ | PREÇO TOTAL R\$ |
|-------|--|-----|-------|--------------------|---------------------|
| ÚNICO | SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DOS REVESTIMENTOS PÉTREOS E INSTALAÇÕES DE PONTOS DE ANCORAGEM DEFINITIVOS NA COBERTURA DO EDIFÍCIO ANEXO I | SV | 1 | 1.136.833,47 | 1.136.833,47 |

Observação: Os preços unitários constantes deste Anexo, inclusive aqueles discriminados na planilha eletrônica que o integra, correspondem aos valores máximos aceitáveis.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação



ANEXO 7
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, regulamentada na Câmara dos Deputados pelo Ato da Mesa n. 152, de 16 de dezembro de 2020, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e os padrões aplicáveis em seu segmento, vinculadas às seguintes disposições:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á exclusivamente de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 e do artigo 23 da Lei n. 13.709, de 2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do CONTRATO, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Agência Nacional de Proteção de Dados;
- b) A CONTRATADA compromete-se a tratar todos os dados pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público, devendo observar requisitos e práticas de segurança da informação para garantir a confidencialidade dos dados pessoais, inclusive no seu armazenamento, transmissão ou compartilhamento;
- c) Caso seja necessário coletar dados pessoais não abrangidos pelo item 1 e não previamente informados pela CONTRATANTE, indispensáveis para o atendimento de eventual demanda específica decorrente do CONTRATO, a coleta deverá ser realizada mediante a prévia autorização do Encarregado de Proteção de Dados da Câmara dos Deputados, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção do consentimento dos titulares;
- d) Nas hipóteses em que a CONTRATADA (operadora), por força de suas atividades, tenha que repassar dados pessoais para tratamento de outra empresa/entidade (suboperadora), obtidos em razão deste contrato, deve obter autorização formal da CONTRATANTE, responsabilizando-se ambas (operadora e suboperadora) de forma solidária, na forma do art. 42, §1º, I da Lei n. 13.709, de 2018;
- e) As partes devem permitir aos titulares o acesso aos seus respectivos dados pessoais, bem como a promover alterações e cancelamentos e conceder informações quanto ao tratamento, quando solicitado expressamente;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- f) Não ocorrerá transferência da propriedade ou controle dos dados pessoais pela CONTRATADA, sendo que os dados eventualmente gerados, obtidos ou coletados na execução contratual serão de propriedade dos respectivos titulares, sendo vedado o compartilhamento ou a comercialização de quaisquer elementos de dados, produtos ou subprodutos que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais, exceto para o caso de dados anonimizados, mediante expressa e específica autorização do Controlador;
- g) As partes não fornecerão ou compartilharão, em qualquer hipótese, dados pessoais sensíveis de seus colaboradores, prestadores de serviços e/ou terceiros, salvo se expressamente solicitado por uma parte à outra, caso o objeto do CONTRATO justifique o recebimento de tais dados pessoais sensíveis, estritamente para fins de atendimento de legislação aplicável;
- h) As partes informarão e instruirão os seus colaboradores, prestadores de serviços e/ou terceiros sobre o tratamento dos dados pessoais, observando todas as condições deste Termo, nunca cedendo ou divulgando tais dados a terceiros, salvo se expressamente autorizado pelo titular, por força de lei ou por determinação judicial; e garantindo a privacidade e a confidencialidade dos dados pessoais, mantendo controle rigoroso de acesso;
- i) A CONTRATADA deverá implementar e manter controles e procedimentos específicos para detecção, coleta, registro, tratamento, preservação de evidências e resposta a incidentes de segurança da informação e de privacidade, bem como monitorar sua própria conformidade, de colaboradores, de prestadores de serviços e/ou de terceiros;
 - i.1) A CONTRATADA deverá, ainda, fornecer à CONTRATANTE, sempre que lhe seja solicitado, relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente às operações de tratamento de dados pessoais que realizar, com análise e avaliação de riscos aos quais a Solução de TIC está exposta, bem como as medidas adotadas de salvaguarda e de mitigação de riscos, mormente em relação à proteção de dados pessoais, conforme metodologia indicada pela CONTRATANTE;
 - i.2) A CONTRATADA deverá apresentar outros relatórios, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, com informações como o “status” dos sistemas de processamento de dados pessoais, as medidas de segurança, o tempo de inatividade registrado das medidas técnicas de segurança, a conformidade estabelecida com as medidas organizacionais, eventuais violações de dados e/ou incidentes de segurança, as ameaças percebidas à segurança e aos dados pessoais e as melhorias exigidas e/ou recomendadas;
- j) A CONTRATANTE, ou representantes por ela indicados, poderá acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade das obrigações de proteção de dados pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

responsabilidade da CONTRATADA, podendo, ainda, notificar e fornecer informações, para atendimento em 48 (quarenta e oito) horas, sobre qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais ou contratuais relativas à proteção de dados pessoais, de qualquer violação de segurança ou de exposições/ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados pessoais, ou em período menor, se necessário, para atender a qualquer ordem judicial, de autoridade pública ou de regulador competente;

- k) A CONTRATADA corrigirá, completará, excluirá e/ou bloqueará os dados pessoais, quando solicitado pela CONTRATANTE, devendo, ainda, comunicar sobre reclamações e solicitações dos titulares de dados pessoais;
- l) A CONTRATADA manterá registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, bem como implementará medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação, transferência, difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente utilizado por ela (seja ele físico ou lógico) seja estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança, aos princípios gerais previstos na Lei n. 13.709, de 2018, e às demais normas regulamentares aplicáveis, para garantir, além da segurança, a confidencialidade e a integridade dos dados pessoais;
- m) A CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE sobre qualquer incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, relacionado ao presente instrumento, em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do momento em que tomou conhecimento, por quaisquer meios, do respectivo incidente;
- n) A operadora excluirá, de forma irreversível, os dados pessoais retidos em seus registros, mediante solicitação da Controladora ou dos titulares dos dados, ressalvadas determinações legais ou judiciais;
- o) Os peticionamentos relacionados ao tratamento de dados serão endereçados à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados para apreciação do Encarregado de Proteção de Dados, através do correio eletrônico dadospessoais@camara.leg.br, e serão atendidos dentro de prazo razoável;
- p) Encerrada a vigência do instrumento contratual ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais coletados no decorrer da execução contratual, bem como daqueles disponibilizados pela CONTRATANTE, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal, ou outra hipótese determinada pela Lei n. 13.709, de 2018;
- q) O tratamento dos dados coletados, somente quando autorizado pela Controladora, poderá ser conservado pelo período de 5 (cinco) anos após o



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- término do CONTRATO, com sua posterior eliminação, sendo autorizada sua conservação nas hipóteses descritas no artigo 16 da Lei n. 13.709, de 2018;
- r) Os sistemas que servirão de base para o armazenamento dos dados pessoais coletados devem seguir o conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação na Câmara dos Deputados e, subsidiariamente, no que couber, no Governo Federal;
 - s) Independentemente do disposto em qualquer outra cláusula deste Termo, a CONTRATADA é a única responsável por todo e qualquer dano decorrente do descumprimento da Lei n. 13.709, de 2018, pela CONTRATADA, por seus colaboradores, prepostos, subcontratados, parceiros comerciais, empresas afiliadas ou qualquer agente ou terceiro a ela vinculado ou que atue em seu nome;
 - t) Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei n. 13.709, de 2018;
 - u) Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Termo.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

ANEXO 8
QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL
RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS INDICADOS

A empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n. [Número do CNPJ], situada à [Endereço Completo], por meio de seu representante legal, [Nome do Representante], em atendimento ao disposto no item 8.16 do Termo de Referência do Edital da Concorrência n. 90001/2026, indica, sob as sanções cabíveis, o(s) seguinte(s) profissional(is) de nível superior, devidamente registrado(s) no CREA, detentor(es) de Acervo Técnico Profissional (CAT), individualmente ou em conjunto, relativo(s) à execução dos serviços descritos no referido item, para participação na execução do objeto da Concorrência em epígrafe:

1. Profissional(is) indicado(s):

| | |
|--|--|
| 1) Nome do profissional: _____ N. CREA: _____ _____ Assinatura do profissional (Concordando com a vinculação contratual futura, caso não possua vínculo atual) | 2) Nome do profissional: _____ N. CREA: _____ _____ Assinatura do profissional (Concordando com a vinculação contratual futura, caso não possua vínculo atual) |
| 3) Nome do profissional: _____ N. CREA: _____ _____ Assinatura do profissional (Concordando com a vinculação contratual futura, caso não possua vínculo atual) | 4) Nome do profissional: _____ N. CREA: _____ _____ Assinatura do profissional (Concordando com a vinculação contratual futura, caso não possua vínculo atual) |

2. Vínculo Profissional:

- ☐ O(s) profissional(is) indicado(s) **já possui(em) vínculo com a licitante**, conforme documentação anexa.
- ☐ O(s) profissional(is) indicado(s) **ainda não possui(em) vínculo com a licitante** e o vínculo será formalizado até a data da assinatura do contrato, por meio de uma das seguintes formas:
- ☐ Carteira de Trabalho (CTPS) ou registro de empregado
 - ☐ Contrato de prestação de serviços
 - ☐ Estatuto ou contrato social

3. Anexos:

- ✓ Certidão(ões) de Acervo Técnico-Profissional (CAT) exigida(s) para os serviços descritos no item 8.11 do Termo de Referência;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

- ✓ Certidão de Registro do(s) profissional(is) emitida pelo conselho profissional competente, conforme exigência do item 8.11 do Termo de Referência, em plena validade;
- ✓ Comprovação do vínculo profissional do(s) profissional(is) com a licitante, conforme exigências da alínea “b” do subitem 8.11.1 do Termo de Referência, se aplicável.

Local e data:

Assinatura do representante legal da empresa:

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Concorrência 90001/2026

ANEXO 9
ARQUIVOS ANEXOS

1. Integram este Edital os seguintes arquivos:
 - a) Projeto Básico de Engenharia.pdf;
 - b) ANEXO1-EMPENA-ARQ-PB-FLH-01-240709.pdf;
 - c) Cronograma físico-financeiro.pdf.
2. Cópia do conjunto dos arquivos relacionados neste Anexo está disponível nos sítios eletrônicos indicados a seguir: <https://www.camara.leg.br/licitacoes-e-contratos> e www.gov.br/pncp/pt-br.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Agente de Contratação